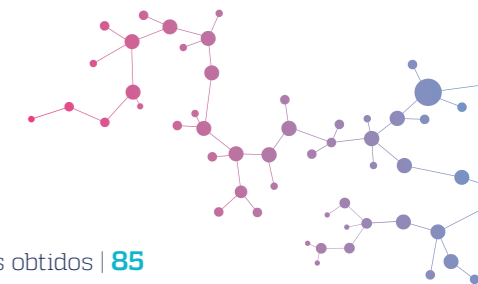


RELATÓRIO DE GESTÃO
CONSOLIDADO
BIAL HOLDING, S.A.
2022



ÍNDICE

MISSÃO, VISÃO & VALORES | 7

RECURSOS HUMANOS | 7

BIAL NO MUNDO | 8

INDICADORES CHAVE | 10

1. COMPOSIÇÃO DO GRUPO BIAL | 11

2. ATIVIDADE DO GRUPO BIAL | 12

3. INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO | 14

4. SITUAÇÃO ECONÓMICO E FINANCEIRA | 18

5. SUSTENTABILIDADE, QUALIDADE, SAÚDE, SEGURANÇA E AMBIENTE | 23

6. RESPONSABILIDADE SOCIAL | 24

7. FACTOS SUBSEQUENTES A 2022.12.31 | 27

8. PERSPETIVAS PARA 2023 | 27

9. ANEXOS | 31

I. BALANÇO ANALÍTICO | 32

II. DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS | 35

III. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO | 36

IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA | 38

V. ANEXO CONSOLIDADO | 41

1. Introdução | 41

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras | 41

3. Principais políticas contabilísticas | 41

4. Fluxos de Caixa | 72

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros | 72

6. Empresas incluídas na consolidação | 73

7. Empresas excluídas de consolidação integral | 73

8. Goodwill | 73

9. Alteração das empresas incluídas na consolidação | 73

10. Imposto sobre lucros | 74

11. Clientes | 76

12. Investimentos | 78

13. Ativos em poder de terceiros | 83

14. Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar | 84

15. Estado e outros entes públicos | 84

16. Diferimentos e acréscimos | 85

17. Financiamentos obtidos | 85

18. Fornecedores de investimentos | 86

19. Provisões e Imparidades | 87

20. Vendas e serviços prestados | 87

21. Subsídios à exploração | 88

22. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas | 88

23. Fornecimentos e serviços externos | 88

24. Gastos com o pessoal | 89

25. Imparidades, reduções de justo valor, provisões e reversões | 90

26. Outros rendimentos | 90

27. Outros gastos | 92

28. Juros e rendimentos/gastos similares | 93

29. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento | 93

30. Investimentos em investigação e desenvolvimento | 94

31. Locações | 94

32. Risco Financeiro | 95

33. Qualidade e Ambiente | 98

34. Garantias prestadas | 99

35. Acontecimentos após a data do balanço | 100

36. Divulgações exigidas por diplomas legais | 101

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS | 102

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL | 104



MISSÃO, VISÃO & VALORES

BIAL é uma empresa farmacêutica de inovação. Dedicados à investigação, desenvolvimento e comercialização de medicamentos, estamos empenhados em contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas em todo o mundo.

A Missão de BIAL é encontrar, desenvolver e fornecer soluções terapêuticas na área da Saúde.

Tendo como linhas estratégicas a qualidade, a investigação e desenvolvimento e a internacionalização, somos motivados pela **Visão** que nos inspira:

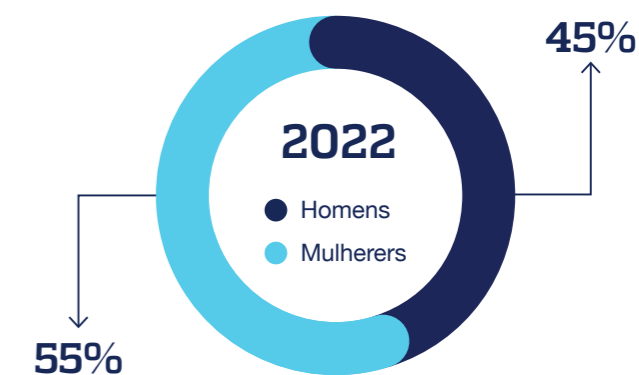
Ser uma empresa de dimensão internacional baseada em medicamentos inovadores próprios.

Os **Valores** que nos orientam refletem a nossa identidade:

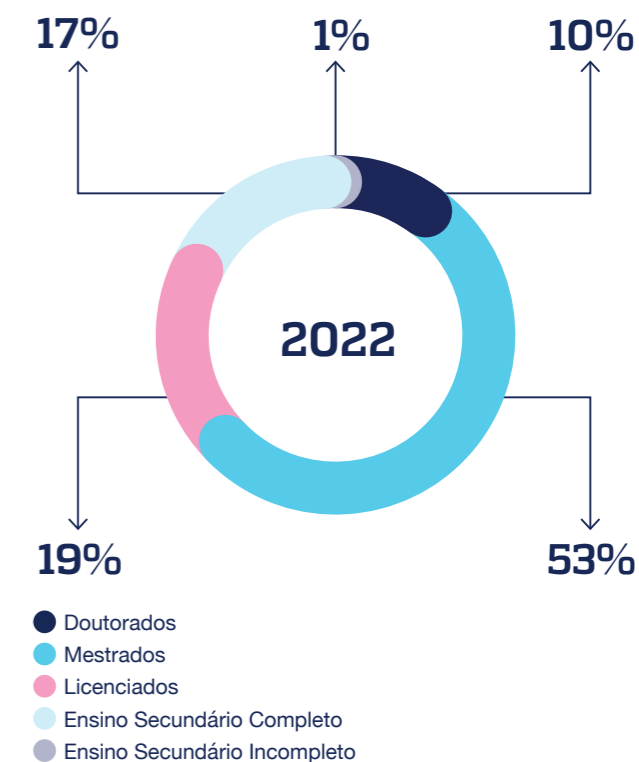
- **Ao Serviço da Saúde**
- **Aposta na Qualidade e na Inovação**
- **Excelência da investigação científica**
- **Integridade e elevados padrões de ética**
- **Rigor, responsabilidade e trabalho em equipa**
- **Respeito pelos valores universais**

RECURSOS HUMANOS

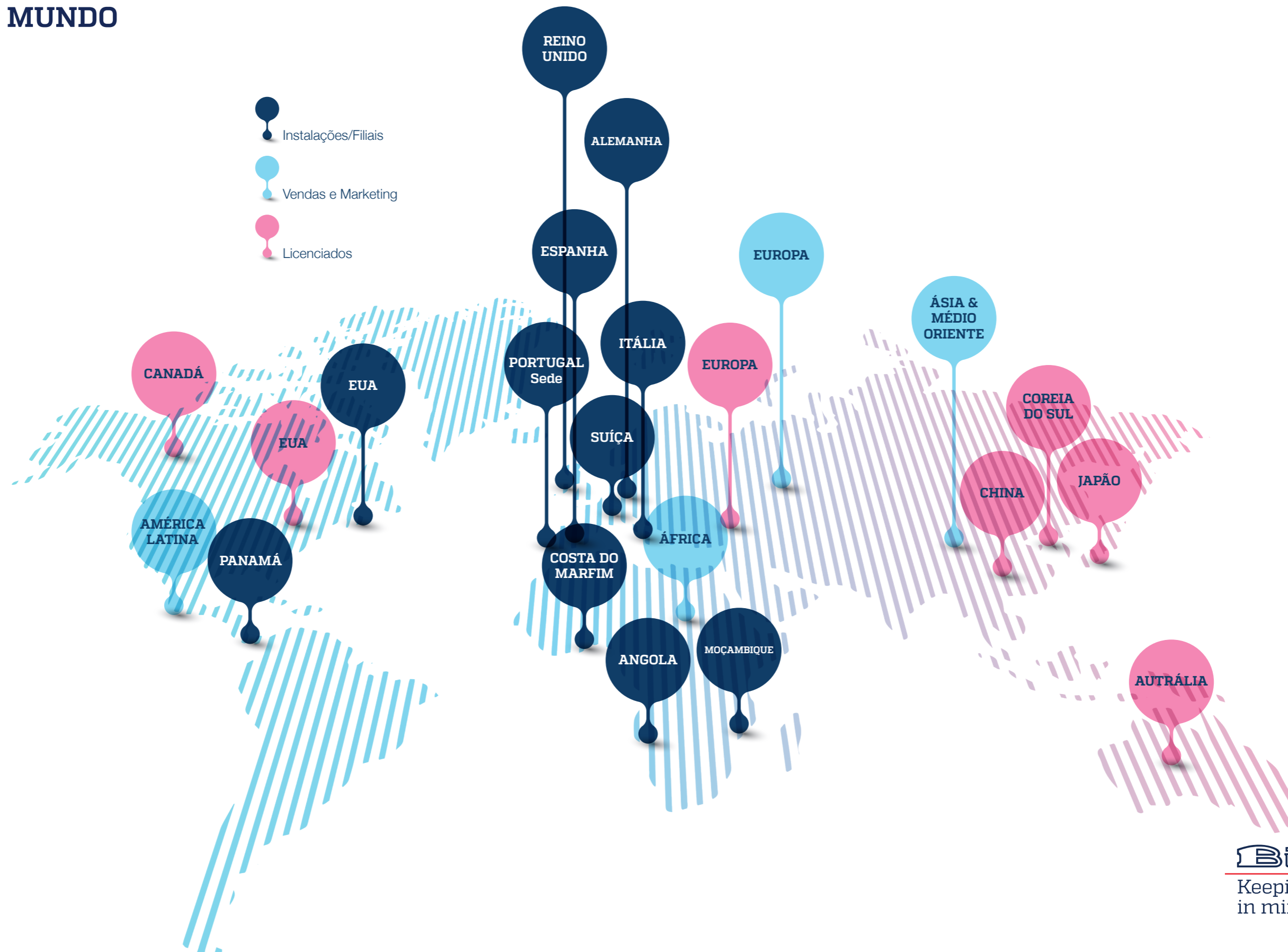
Distribuição por género



Habilitações literárias



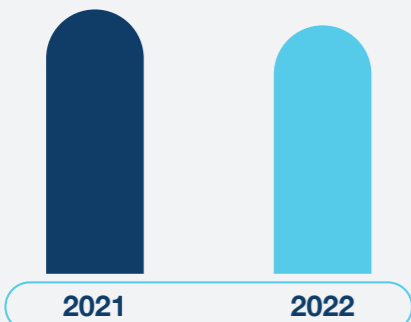
BIAL NO MUNDO



INDICADORES CHAVE

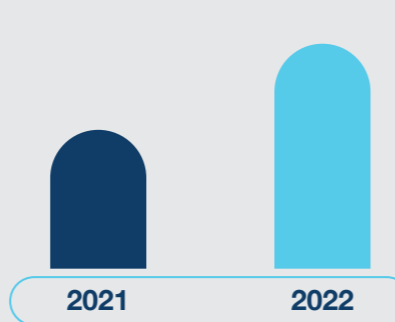
Volume de Negócios

310.1 M€ 302.9 M€



Investimento em I&D

81.5 M€ 61.2 M€



Recursos Humanos Grupo

823 colaboradores



Internacionalização

62% vendas fora de Portugal



Principais Áreas Terapêuticas

- Sistema Nervoso Central
- Antidiabéticos
- Sistema Respiratório
- Área Cardiovascular
- Sistema Músculo-esquelético
- Antianémicos
- Antibióticos

1. COMPOSIÇÃO DO GRUPO BIAL

O Grupo BIAL, cuja empresa mãe é BIAL Holding S.A., em 2022.12.31 era composto por dezasete empresas, dez das quais com sede no estrangeiro, e um escritório de representação na Costa do Marfim. Em 2022 não houve alteração na sua composição.

Em Portugal, a BIAL Holding, S.A. tem participações de 100% em seis empresas (BIAL - Portela & C^a, S.A., MediBIAL - Produtos Médicos e Farmacêuticos S.A., BIALport - Produtos Farmacêuticos S.A., InterBIAL - Produtos Farmacêuticos, S.A., BIAL - Consumer Health S.A. e BIAL - R&D Investments S.A.). Esta última empresa foi constituída em junho de 2020, com um capital social de € 8,0M, com sede na Trofa, e tem como atividade a realização e gestão de projetos de investigação com o objetivo de descobrir novos medicamentos para uso humano.

Em Espanha, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 99.94% no capital de Laboratorios BIAL, S.A.

Na Alemanha, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% no capital de BIAL Deutschland GmbH.

No Reino Unido, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% no capital de BIAL Pharma UK Limited.

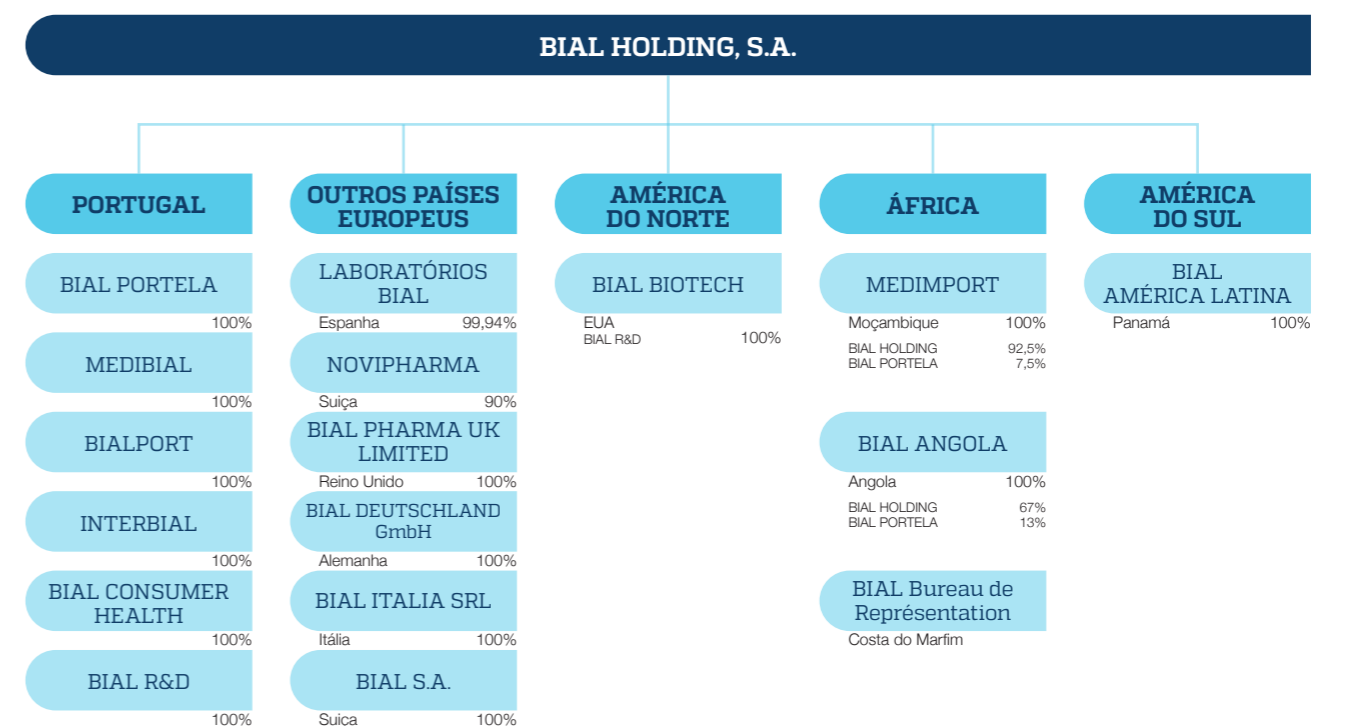
Em Itália, BIAL Holding, S.A. tem uma posição direta de 100% do capital de BIAL Italia, S.r.l.

Em Angola, BIAL Holding, S.A. tem o controlo de 100% de BIAL Angola, S.A., 67% diretamente e 33% através de BIAL Portela & C^a, S.A.

Em Moçambique, BIAL Holding, S.A. tem o controlo de 100% da Medimport - Importação, Exportação e Distribuição, Lda., 92,5% diretamente e 7,5% indiretamente através de BIAL - Portela & C^a, S.A.

Na Suíça, BIAL Holding, S.A. tem uma participação direta de 90% na Novipharma S.A. e em 2018 foi criada a empresa BIAL S.A., participada a 100% pela BIAL Holding S.A..

Nos EUA, a BIAL Holding tem uma participação indireta de 100% na BIAL - Biotech Investments Inc., S.A.



que é detida a 100% pela BIAL - R&D Investments S.A.. A empresa, com escritórios em Cambridge – Boston, dedica-se a projetos de investigação biotecnológicos na área da doença de Parkinson e outras doenças degenerativas do sistema nervoso central.

No Panamá, BIAL Holding, S.A. tem uma participação direta de 100% na BIAL América Latina.

Na Costa do Marfim o Grupo BIAL está presente através de um escritório de representação.

2. ATIVIDADE DO GRUPO BIAL

Em 2022, o volume de negócios consolidado foi de € 309,2M, idêntico ao ano anterior, dos quais 96% correspondem a vendas e 4% a prestação de serviços.

As vendas foram de € 294,9M, - 1% que em 2021, continuando Zebinix \ Aptiom e Ongentys a serem os principais produtos. Em conjunto representam € 165,4M, isto é, 56 % das vendas do Grupo. Zebinix \ Aptiom mantem-se como o medicamento de maior faturação, € 102M, -14% face a 2021, devido à redução das vendas para os EUA, por motivos conjunturais relacionados com um ajustamento de stocks por parte do licenciado, e há redução de preços em vários países da Europa devido à entrada de genéricos em junho de 2021. O Ongentys faturou € 63,5 M, valor similar a 2021, com um crescimento das vendas na Europa, mas com um decréscimo das vendas nos EUA por razões idênticas às de Aptiom.

Estes valores de faturação evidenciam de forma expressiva o valor terapêutico e económico da nossa I&D, para além obviamente da melhoria da qualidade de vida que proporcionam aos pacientes com epilepsia ou com doença de Parkinson.

Da restante gama, são de salientar as vendas dos novos antidiabéticos (Ebymect e Edistride) lançados em 2020 e que faturaram € 13,2M em 2022, mais do que duplicando as vendas face a 2021. O seu potencial de crescimento é muito elevado a médio

prazo devido ao seu enorme potencial terapêutico, reforçado com novas indicações terapêuticas.

Por área terapêutica, o Sistema Nervoso Central representou 61% das vendas, seguindo-se o Sistema Respiratório (11%), Sistema Digestivo e Metabólico (8%) e Sistema Cardiovascular (7%).

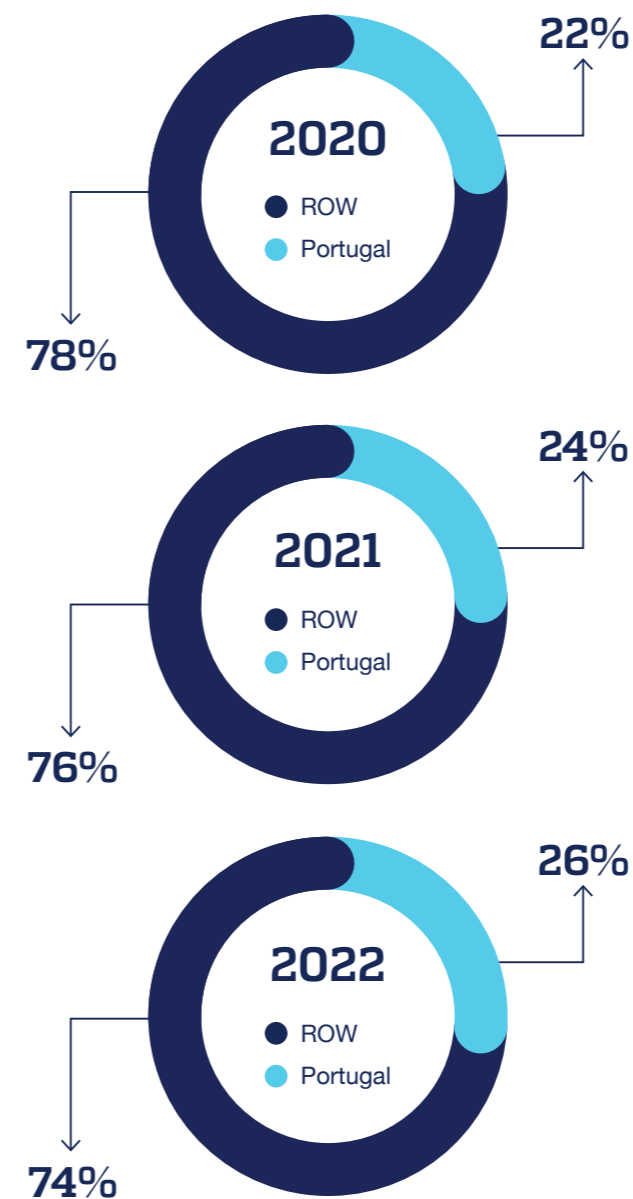
Por país, é de realçar Portugal com 27,4% da faturação do Grupo, seguido de Espanha com 25,6% e dos EUA com 18,3%. Seguem-se Japão (5,0%), Alemanha (4,7%), e Itália (4,0%). Os seis principais mercados representam 85% e, com exceção de Espanha e Portugal, as vendas nesses países são exclusivamente de Zebinix / Aptiom e Ongentys. A restante faturação é realizada em algumas dezenas de países, quer da Europa, quer dos designados mercados emergentes. Nesses mercados, é de salientar Moçambique e Angola que são responsáveis por 4,0% da faturação do Grupo.

A composição das vendas por área geográfica mostra a forte internacionalização do Grupo, com 73% do seu “turnover” nos mercados internacionais. Esta realidade é fruto dos medicamentos de investigação BIAL, que possibilitaram a presença nos mais importantes mercados farmacêuticos mundiais.

Em Portugal, para além da faturação de medicamentos (€ 70,6M), é expressiva a prestação de serviços no valor de € 14,2M, essencialmente relativos a serviços de promoção e distribuição a multinacionais do sector. A sua faturação global foi € 84,8M (+16% face a.a.). As vendas cresceram 13% face a 2021, devido essencialmente à forte dinâmica dos dois antidiabéticos anteriormente referidos. No ranking IQVIA do mercado ambulatorio nacional BIAL ocupava a sexta posição em 31 de dezembro de 2022.

Espanha, mercado com o maior valor de vendas do Grupo (€78,6M), teve um crescimento de 1,7% em 2021. O decréscimo das vendas, em valor, de Zebinix devido à entrada de genéricos em junho de 2021 (-19%), foi compensado pelo crescimento de Barnix (+14%), Ongentys (+18%), Ferbisol (+16%) e Gregal (+7%). No ranking IQVIA do mercado farmacêutico ambulatorio, BIAL ocupava em 31 de dezembro 2022 a 38ª posição.

Turnover/mercado



A Península Ibérica é um dos cinco maiores mercados da Europa e o nono maior mercado mundial, sendo BIAL uma das maiores empresas na área do ambulatorio. Continuará a ser uma zona estratégica para o desenvolvimento de BIAL, com uma ampla e competitiva gama de medicamentos nos dois países, quer para a medicina geral e familiar, quer para diversas outras especialidades médicas.

Nos EUA, desde 2020 que BIAL tem dois medicamentos comercializados, através de empresas licenciadas, o Aptiom e o Ongentys. Em 2022 a sua faturação foi de € 55M, -17% face a 2021 pelas razões anteriormente referidas. É de salientar que foi confirmada em sede judicial a proteção dos direitos de propriedade intelectual de Aptiom até pelo menos maio de 2025, após um longo processo, que na prática impede a entrada de genéricos até essa data. É um facto da maior relevância uma vez que permite uma gestão comercial adequado quer por parte de BIAL, quer da Sunovion (empresa licenciada).

O foco do crescimento orgânico de BIAL está nas suas filiais europeias na Alemanha, Itália, Reino Unido, e Suíça, assim como em França onde não tem filial, mas está presente com uma equipa de médica e comercial que promove em exclusividade o Zebinix. Nesses países comercializa e promove Zebinix e Ongentys, com exceção de França onde não comercializa Ongentys. Em 2023 está previsto o lançamento de um novo medicamento, Kynmobi, para a doença de Parkinson em dois ou três países europeus, um dos quais a Alemanha. A médio prazo o nosso objetivo é ser comercializado nos países europeus em que temos equipas próprias. Será um dos fatores de crescimento de BIAL na Europa, reforçando a presença na neurologia.

Em outros países europeus, como Suécia, Dinamarca, Noruega, Finlândia, Islândia, Chéquia, Eslováquia, Islândia e Grécia, a comercialização de Zebinix e \ ou Ongentys é realizada através de acordos de licença ou distribuição. É outra via no processo de internacionalização e de consolidação do Grupo BIAL na Europa.

Nos países emergentes a faturação foi similar à dos anos anteriores, havendo, no entanto, algumas variações por país com significado. Moçambique e Angola continuam a ser os dois principais mercados.

Em Moçambique a faturação foi de € 7,1M, um crescimento de 6% face a 2021, para o que contribui a maior estabilidade económica do país, inclusive cambial. Em Angola a faturação foi de € 2,9M, um decréscimo de 33% causado por uma conjuntura difícil no mercado. Nos restantes países emergentes é de destacar os que compõem os French West Africa (€ 6,4M, +12%).

Os serviços prestados foram de € 14,4M (+ 26% face a 2021), dos quais € 14,2M respeitam a serviços em Portugal de natureza promocional (+37% ano anterior), o que revela uma forte dinâmica nessa área em 2022. Ao exterior foram prestados serviços de € 0,2M, não tendo havido receitas de “milestones” provenientes de contratos de licença, o que justifica o seu baixo valor. Os “milestones” estão associados a receitas provenientes de novos contratos de licença ou aos já existentes. Foram no passado essenciais para financiar a atividade de I&D, mas nos últimos anos têm, felizmente, um papel secundário uma vez que as vendas dos medicamentos de investigação BIAL asseguram esse financiamento. No futuro está estimado receberem-se algumas dezenas de milhões de euros de “milestones” em função do cumprimento de metas contratuais (aprovações e lançamentos nos mercados e / ou cumprimento de valores de faturação).

3. INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

O Grupo BIAL desde a década de noventa tem um importante e ambicioso projeto de I&D, tendo como prioridade o sistema nervoso central, de que resultaram dois novos medicamentos nessa área.

Em 2007, iniciou-se o retorno financeiro do investimento em I&D, com a assinatura do primeiro contrato de licenciamento de uma nova molécula farmacêutica de raiz portuguesa (medicamento antiepilético inovador, cujo princípio ativo é o acetato de esclarbazepina, comercializado com duas marcas a nível mundial – Zebinix (Europa) e Aptiom (EUA e Canadá).

Seguiu-se em 2008 o acordo de licença para a Europa do mesmo medicamento.

Em 2013, é de assinalar o primeiro licenciamento do novo medicamento para a doença de Parkinson investigado por BIAL, à empresa farmacêutica ONO para o Japão, cujo princípio ativo tem a designação de Opicapone e é comercializado com a marca Ongentys a nível mundial. Seguiu-se o seu licenciamento para os EUA à empresa Neurocrine e a sua aprovação pela FDA, tendo iniciado a sua comercialização nesse mercado em 2020. Nesse mesmo ano foi também aprovado pela PMDA (Pharmaceuticals and Medical Drugs Administration) e iniciada a sua comercialização no Japão. EUA e Japão são os dois principais mercados da doença de Parkinson.

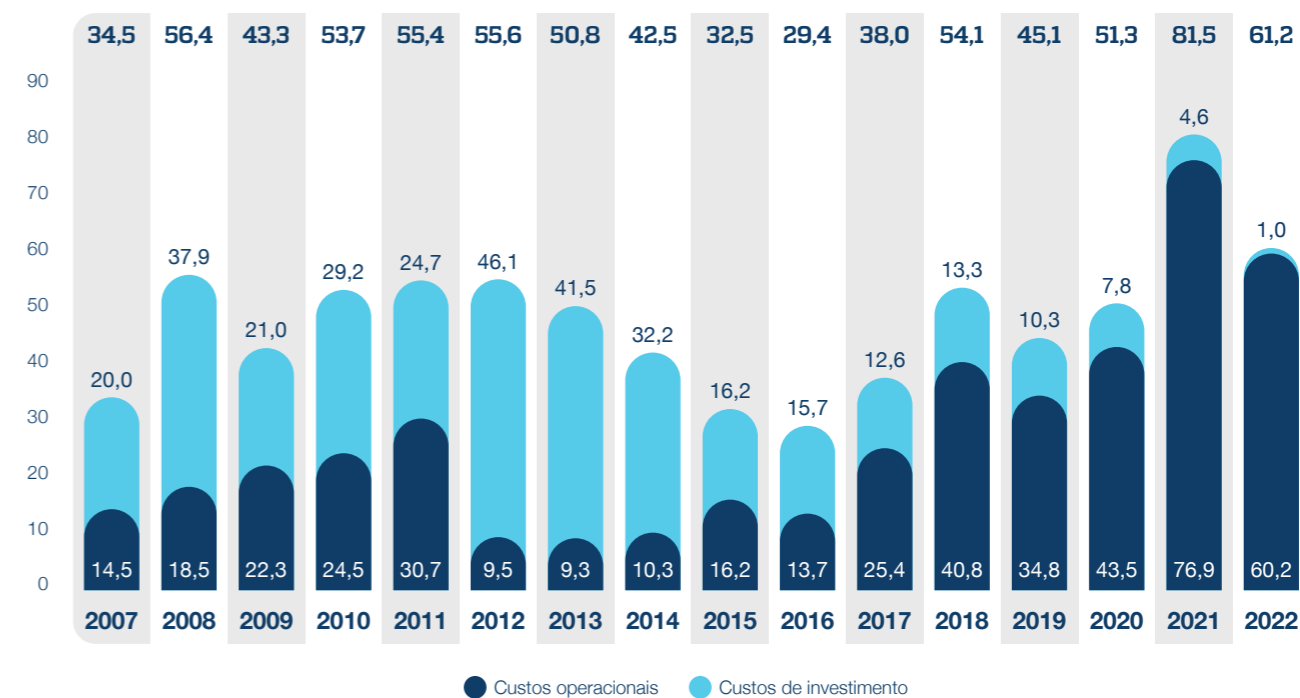
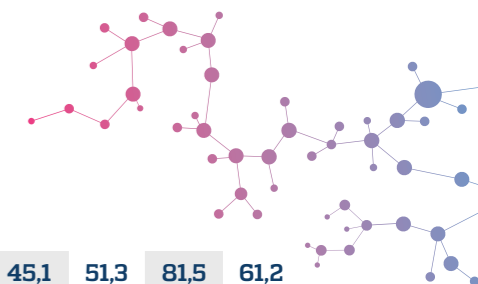
Assim, num período de cinco anos, BIAL passou a ter dois medicamentos inovadores, licenciados para os mercados farmacêuticos mundiais mais importantes, garantia de um forte potencial comercial a médio e longo prazo, o que foi o fator decisivo para a internacionalização do Grupo.

Recordamos que, em 2009, é lançado em alguns países da União Europeia o Zebinix, a que se seguiram outros mercados, sendo de destacar o dos EUA, em 2014, com a marca Aptiom. Em 2022, como já referido, Zebinix\Aptiom faturaram € 102M, contribuindo de forma decisiva para a atual dimensão de BIAL, com as vendas mais importantes nos EUA e Espanha.

Em 2016 é iniciada a comercialização de Ongentys na Alemanha e Reino Unido, a que se seguiram os lançamentos em Espanha, Itália e Portugal. Em 2020 foi lançado nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça, em 2021 em Taiwan, Áustria, Dinamarca e Finlândia e em 2022 na Suécia, Chéquia, Eslováquia e Islândia. A sua faturação em 2022 foi de € 64M, com um forte potencial de crescimento a médio prazo. No final da década Ongentys deverá ser o medicamento com maior peso na faturação do Grupo.

A I&D de BIAL teve um impacto muito relevante no crescimento do Grupo nos últimos anos e terá no seu futuro. É uma satisfação e um orgulho contribuirmos para a saúde de muitas dezenas de milhares de





doentes em todo o mundo com epilepsia e doença de Parkinson, através de medicamentos inovadores com elevado valor acrescentado terapêutico. E acreditamos que, a médio prazo, novos medicamentos BIAL serão disponibilizados para uma melhor saúde dos pacientes resultantes dos projetos de investigação em curso.

Os trabalhos de investigação do projeto BIA2, Zebinix/Aptiom, continuam com o objetivo de obter um melhor conhecimento sobre as suas características clínicas e potenciar a sua utilização nos diversos perfis dos doentes antiepiléticos. Assim, estão em curso alguns estudos clínicos que visam robustecer o conhecimento sobre o medicamento e facilitar a sua utilização terapêutica.

O projeto BIA9, relativo ao Ongentys (opicapone), tem um importante conjunto de ensaios clínicos de fase IV e um ensaio de fase III. Os primeiros, para reforçar o conhecimento sobre o medicamento na prática clínica corrente, com diversos perfis de doentes. O ensaio de fase III está em fase final, sendo os seus resultados conhecidos a muito curto prazo. É nossa expectativa que venha a ser possível utilizar Ongentys numa fase mais inicial da doença de Parkinson, o que aumentará o seu potencial de prescrição e a

satisfação das necessidades terapêuticas de novos doentes.

É de grande significado para BIAL ter dois medicamentos de investigação própria comercializados a nível mundial, o que credibiliza a qualidade da sua I&D.

O projeto BIA28 tem como objetivo um potencial medicamento para o tratamento da doença de Parkinson, quando tem como origem mutações genéticas do gene GBA1, que origina a diminuição da atividade da enzima GCase, o que acelera a progressão da doença e o seu aparecimento numa fase mais precoce da vida. O projeto teve uma evolução significativa em 2022, de que salientamos a assinatura em novembro pp, com uma CRO farmacêutica (Contract Research Organization), de um contrato para a realização de um ensaio clínico de fase II, por um valor superior a € 44M, em diversos países da Europa e EUA. É um projeto que envolve formalmente duas empresas do Grupo (BIAL R&D Investments e BIAL

Portela) através de um acordo de consórcio, numa parceria para maximizar as sinergias existentes para um fim comum. Está previsto que no 3º trimestre do corrente ano ocorra a primeira toma do novo medicamento por um paciente.

O BIA 28 teve a sua origem em agosto de 2020, quando foi celebrado um acordo de compra com a empresa biotecnológica americana Lysosomal Therapeutics Inc. relativo a um conjunto de ativos intangíveis, incluindo patentes e outros direitos de propriedade intelectual, entre os quais o atualmente designado por BIA28.

Os restantes projetos BIAL estão em fase pré-clínica pelo que ainda há um longo programa de trabalho a implementar, sendo ainda prematuro avaliar o seu potencial terapêutico. No entanto, temos confiança nas equipas que os estão a investigar e que alguns deles se venham a concretizar em novos medicamentos com elevado valor terapêutico.

Em 2022, os investimentos em investigação e desenvolvimento totalizaram € 61,2M, repartidos por:

- Despesas correntes de funcionamento, no valor de € 60,2M, excluindo amortizações; e
- Aquisições para o ativo intangível e tangível, no valor de € 1,0M.

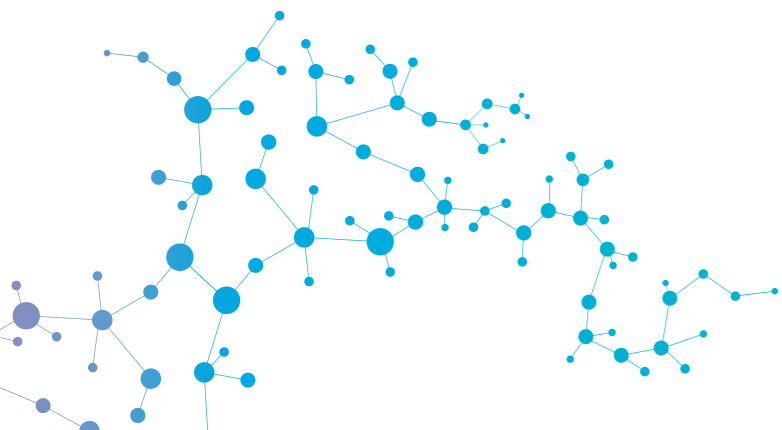
As amortizações de I&D foram de € 21,6M. Como gastos do exercício foram contabilizados € 83,7M associados à I&D, incluindo amortizações, imparidades e provisões, o que evidencia o enorme esforço financeiro com os nossos projetos de investigação.

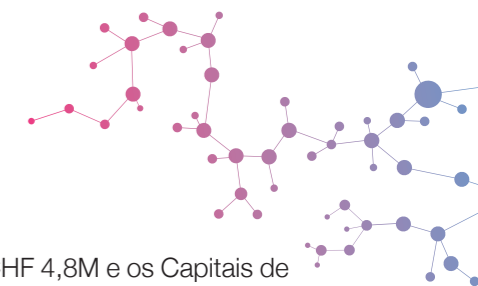
4. SITUAÇÃO ECONÓMICO E FINANCEIRA

A estrutura económica e financeira do Grupo é equilibrada, compatibilizando-se o esforço de investimento em I&D com a sua capacidade em gerar cash-flow e ter uma rentabilidade positiva. Nos pontos anteriores foram apresentados os motivos que explicam a evolução do volume de negócios e o nível de investimento realizado.

A rentabilidade operacional de BIAL foi pressionada em 2022 pelo impacto da inflação em alguns dos seus inputs, de que salientamos os custos com a energia, transportes, matérias-primas e adjuvantes, e material de acondicionamento. Uma vez que os preços dos medicamentos na quase totalidade dos países em que os comercializamos são controlados administrativamente, não é possível repercutir nos preços de venda o aumento desses custos. Assim, há uma diminuição da margem operacional que só pode ser minimizada pelo aumento de eficiência e produtividade. Em 2022 foram implementadas algumas medidas em termos de estrutura organizacional, nomeadamente a redução transversal de um nível de gestão e a racionalização de algumas equipas funcionais. Para além de aumentarem a flexibilidade e eficiência, também contribuem diretamente para a redução de custos operacionais. Foi possível reduzir em cerca de 10% o número de postos de trabalho no Grupo, o que implicou um custo excepcional de € 4,4M em 2022, mas em 2023 e seguintes anos haverá um efeito positivo sobre os custos operacionais que diminuirá o impacto da inflação.

Os Resultados Líquidos do Grupo, em 2022, foram de € 6,9M, -5,5% quem em 2021, dos quais € 5,2M atribuíveis aos detentores do capital da empresa mãe, BIAL Holding, e € 1,7M aos interesses minoritários. O EBITDA foi de € 41,6M e os Resultados Operacionais de € 15,3M. Nestes resultados estão incluídos € 83,7M de custos associados à I&D, como referido no ponto anterior. Os resultados financeiros foram negativos em € 4,3M, uma redução de € 0,5M





face a 2021, devido à redução média do custo da dívida financeira e a receitas financeiras provenientes de um “swap” de taxa de juro. O Resultado antes de impostos é de € 11,1M, um crescimento de 12% face a 2021.

Os Capitais Próprios são de € 290,7M, o Passivo de € 270,7M e o Ativo de € 561,4M, o que reflete um balanço saudável, com indicadores de solvabilidade e autonomia financeira positivos. O financiamento líquido é de € 120,3M, uma redução de 22% face a 2021, com um rácio de EBITDA / Net Debt de 2,9 (3,3 em 2021), rácio com um valor ainda superior ao pretendido, mas com uma evolução positiva. É de referir que, se o EBITDA fosse corrigido dos custos operacionais de I&D (€ 61,2M), o rácio seria de 1,2.

BIAL - Portela & C^a, S.A. é a principal empresa do Grupo, centraliza a atividade industrial e as funções corporativas, sendo a companhia com maior peso em termos comerciais e de I&D. A sua faturação foi de € 232,6M e o seu EBITDA de € 32,0M. Os Resultados Líquidos foram de € 1,7M. O Ativo Líquido é de € 467,2M, o Passivo de € 273,0M e os Capitais Próprios de € 194,2M.

A filial em Espanha, a segunda maior empresa do Grupo, apresentou um volume de negócios de € 78,6M. O seu Resultado líquido foi de € 6,7M, com um EBITDA de € 10,8M, sendo nulo o seu financiamento. O seu Ativo é de € 32,8M, o Passivo de € 15,4M, e os Capitais Próprios de € 17,2M. O mercado espanhol é estratégico para BIAL e continuará a ser uma prioridade o seu crescimento orgânico, baseado especialmente em Ongentys, Barnix, Biresp e Gregal, e num novo medicamento lançado em dezembro para a doença pulmonar obstrutiva crónica (Trydonis). Zebinix continuará a ser o produto com maior faturação. Assim, o sistema nervoso central e a área respiratória serão os “drivers” da atividade em Espanha.

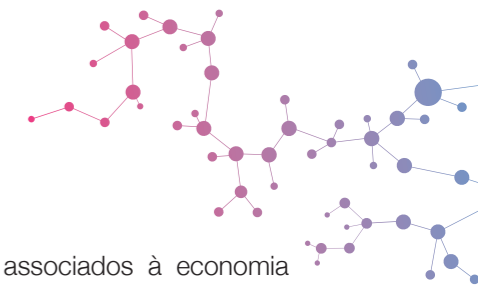
A Novipharma teve um importante contributo para as contas do Grupo, como tem acontecido nos últimos anos, com uma faturação de CHF 32,7M, um Resultado Líquido de CHF 16,6M e um EBITDA de CHF 18,9M. Não tem financiamentos. O seu Ativo é de

CHF 58,5M, o Passivo de CHF 4,8M e os Capitais de CHF 53,7M. Em termos operacionais desempenha importantes funções logísticas, de “procurement” associado aos princípios ativos dos medicamentos de investigação BIAL, gestão da produção nas CMO (Contract Manufacturing Organization), e o relacionamento com algumas das licenciadas do Grupo.

A Medimport teve um volume de negócios de € 6,7M, similar a 2021, e um Resultado Líquido de € 1,3M (€ 1,0M em 2021). Para a evolução positiva dos seus resultados contribuiu fortemente a estabilidade do Metical face ao Euro, o que permitiu controlar os custos, especialmente de bens importados ou com preços muito dependentes do USD e Euro. É de salientar que Medimport é líder do mercado ambulatório em Moçambique, sendo vários dos medicamentos BIAL líderes nas respetivas áreas terapêuticas.

BIAL Itália teve uma faturação de € 12,3M, um crescimento de 22% face a 2021, valor idêntico ao crescimento de 2021 face a 2020. Teve um resultado líquido negativo de € 0,9M, uma evolução positiva face aos prejuízos de 2021 (€ 2,3M). Não obstante o resultado líquido negativo, há uma evolução favorável da sua atividade e resultados, prevê-se que em 2023 tenha resultados positivos.

A BIAL R&D Investments é uma filial focada na I&D, com a responsabilidade da gestão de alguns projetos em parceria com outras empresas do Grupo, de que se destaca o BIA28. Não teve receitas próprias, conforme previsto, e na sequência dos seus custos operacionais coma atividades de I&D, teve um EBITDA negativo de € 21,5M. Os Resultados Líquidos foram negativos em € 16,9M. O financiamento da sua atividade é realizado pela BIAL Holding, enquadrado na política de I&D do Grupo. Em 2022 traduziu-se numa injeção de € 14,5M sob a forma de prestações acessórias de capital, tendo em 2021 sido injetados € 20 M. Não tem financiamento externo ao Grupo.



As restantes filiais do Grupo não têm significado nas contas consolidadas uma vez que a sua atividade é quase exclusivamente realizada com a BIAL - Portela & Cª, pelo que as suas contas individuais não têm expressão em termos de consolidação contabilística.

O exercício de 2022 caracterizou-se pela estabilidade do “turnover”, EBITDA, e Resultado Líquido relativamente a 2021, a par da continuação dos seus projetos de I&D. Não obstante, a conjuntura económica foi negativa, especialmente ao nível da inflação e no funcionamento das cadeias logísticas. Em 2022 a inflação nos países da OCDE foi de 9,4% e em Portugal de 7,8%. Foram tomadas medidas e encontradas soluções que minimizaram tal conjuntura e que são igualmente importantes para 2023 e seguintes exercícios. Para 2023 a inflação média prevista pela OCDE para os seus países membros é de 6.6%, e em Portugal 5.8% (Banco de Portugal). Embora haja uma tendência positiva na sua evolução, mantem-se a níveis muito elevados particularmente para um sector de atividade em que os seus preços são controlados por via administrativa na generalidade dos países europeus. Em 2021 e 2022, a política seguida foi congelar os preços dos medicamentos sujeitos a prescrição médica, o que se mantém em 2023.

5. SUSTENTABILIDADE, QUALIDADE, SAÚDE, SEGURANÇA E AMBIENTE

O Grupo BIAL, desde há mais de vinte anos, desenvolve uma política de responsabilidade corporativa, transversal a todas as suas empresas e áreas funcionais, assente nos seus valores e orientada pelos princípios dos ESG (Environmental, Social and Governance). Esta postura tem evoluído, tornando-se progressivamente mais abrangente e presente no dia a dia da sua atividade, quer através de um conjunto de certificações internacionais na área da qualidade e do ambiente, quer pela definição de

procedimentos e práticas associados à economia circular, responsabilidade social e boas práticas de governance.

Na sequência da avaliação das ações realizadas e dos resultados obtidos em 2022, e em linha com os anos anteriores, o Sistema de Gestão da Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente estão adequados à política do Grupo, refletindo os princípios, propósitos e valores de BIAL. Os sistemas foram avaliados com realização de inúmeras auditorias externas e internas, assim como pela monitorização dos indicadores estratégicos de gestão.

No que respeita à política da Qualidade, Saúde, Segurança e Ambiente, é de salientar:

- O Sistema de Gestão Ambiental, implementado desde 2001 em Portugal, viu renovada a respetiva certificação, em conformidade com a norma ISO 14001:2015, como resultado da auditoria de renovação;
- BIAL Itália, S.R.L., viu igualmente renovada a certificação do Sistema de Gestão da Qualidade, em conformidade com a norma ISO 9001:2015;
- Nas instalações de Portugal, em 2022, foram realizadas com sucesso auditoria externas e internas de acordo com os referenciais ISO 9001:2018 e ISO 45001:2018 mantendo-se a conformidade dos Sistemas de Gestão de Qualidade, Saúde e Segurança;
- Consolidação das Boas Práticas (Clínicas, de Fabrico e de Laboratório), comprovada por diversas auditorias externas e internas, incluindo do Infarmed e de outras autoridades de saúde internacionais;
- Renovação em Portugal, do certificado GMP (Good Manufacturing Practices) pelo Infarmed para o fabrico de medicamentos de uso humano e medicamentos experimentais;
- Certificação pelo Infarmed em Portugal da Nova

Fábrica de Antibióticos e da Expansão da Área de Sólidos – Oral Solid Dosage 2

- Manutenção do certificado GDP (Good Distribution Practices) pela SwissMedic à Novipharma;

Em 2022 foram reforçados os projetos de melhoria contínua e a integração dos novos espaços e funcionalidades decorrentes do plano de investimento em infraestruturas, ampliação e remodelação das instalações industriais e logísticas, terminando a maior parte dos mesmos no decorrer de 2022. Nesses investimentos, o foco foi a produção dos dois medicamentos de investigação BIAL, Zebinix/Aptiom e ONgentys, para todos os mercados incluindo os EUA, para além do reforço da capacidade de produção de antibióticos para todo o mundo.

Na área ambiental e da economia circular foram realizadas diversas iniciativas, salientando-se:

- Expansão da nossa Unidade de Produção e Autoconsumo (UPAC), com a instalação de mais 202 novos módulos de painéis fotovoltaicos, totalizando a área ocupada para mais de 3.500 m² e com uma capacidade instalada de 741 kWp. Em 2022, com este investimento evitámos a emissão de cerca de 320 ton CO₂;
- Nas instalações de Portugal, ampliámos o número de postos de carregamento elétrico do parque, dispondo atualmente de 36 postos de carregamento;
- As nossas cartonagens, folhetos e caixas de cartão possuem certificação FSC (Forest Steward Council), ou seja, a matéria-prima das nossas embalagens provém de florestas geridas de forma sustentada. Adicionalmente, todas as caixas de cartão que embalam os nossos produtos incorporam mais de 50 % de materiais reciclados;
- Reduzimos 48 % das emissões de Gases com Efeitos de Estufa (GEE), de âmbito 1 – emissões diretas, e de âmbito 2 – indiretas, face ao ano de 2020. As ações mais relevantes para este resultado foram o fornecimento de eletricidade a partir de painéis fotovoltaicos e a obtenção de eletricidade com garantia de origem de fontes renováveis nas instalações de Portugal;

- Utilização de papel 100 % reciclado de utilização única, que permitiu obter uma redução indireta de mais de 3.250 kg de CO₂;
- Promovemos ações de economia circular com foco na digitalização de processos e mantivemos as parcerias com os nossos fornecedores na devolução de embalagens. Para além disso, encaminhámos cerca de 5,0 ton de resíduos de solventes orgânicos para recuperação/ regeneração em Portugal.

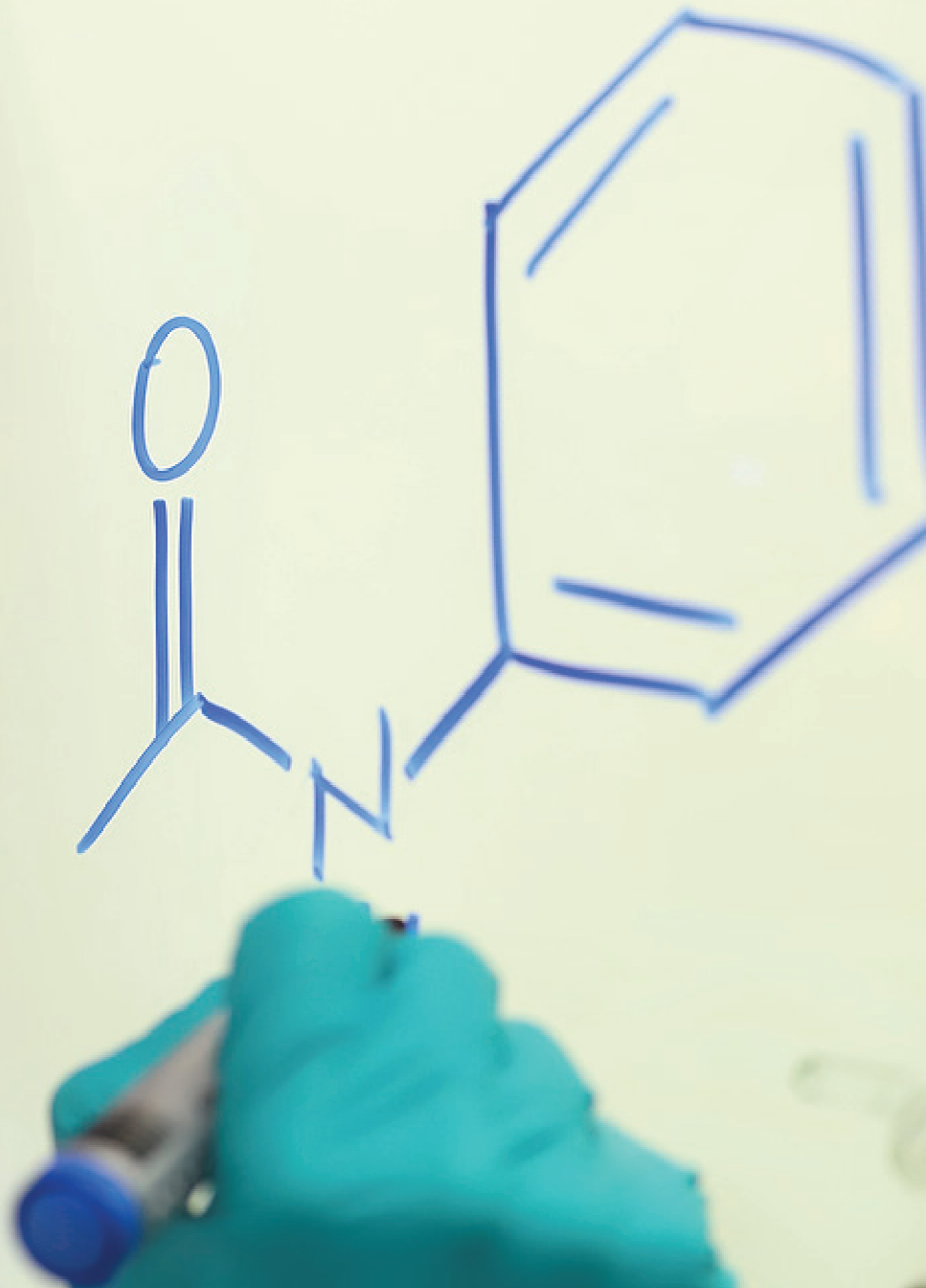
Em termos globais podemos concluir:

Os relatórios anuais “2022 Quality Performance Analysis”, “2022 Environment Performance Analysis”, “2022 Performance Analysis – Health and Safety” traduzem, através das suas métricas, o referido e apresentam linhas de ação para a melhoria dos indicadores de desempenho.

6. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Um dos principais eixos de atuação da BIAL - Portela & C^a., assim como das restantes empresas do Grupo, é a sua política ESG (Environmental, Social, and Governance). Assim, são várias as atividades promovidas e desenvolvidas neste âmbito, englobando áreas como a gestão de pessoas, as políticas de qualidade e de proteção ambiental. São também relevantes as diversas iniciativas de promoção e apoio à investigação científica levadas a cabo pelas empresas do Grupo, bem como a associação a causas humanitárias e a entidades sociais.

A nossa política de Responsabilidade Social Corporativa baseia-se no envolvimento com a comunidade - assumindo especial relevo a comunidade onde a empresa está sediada -, e na criação de valor para a sociedade em geral. Neste domínio, destacam-se como eixos de responsabilidade social da empresa as vertentes da saúde, da investigação e desenvolvimento, da sustentabilidade do planeta, assim como da cultura e da educação.



É de destacar a nossa presença como membro fundador da Fundação BIAL, entidade de utilidade pública criada em 1994, conjuntamente com o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas. A organização de simpósios, a atribuição de bolsas de investigação e a atribuição de prémios científicos são as suas principais atividades. Em 2022 teve lugar o 13º Simpósio da Fundação BIAL, sob o tema “O mistério do Tempo”, bem como a entrega de prémios correspondente às edições do “BIAL Award in Biomedicine 2021” e do “Prémio Maria de Sousa 2022”, este último em parceria com a Ordem dos Médicos, que no seu conjunto representaram €450'000. Teve ainda lugar em 2022 a edição dos “Apoios à Investigação Científica 2022”, no âmbito da qual foram apoiados 75 projetos com o valor total por projeto até €60'000, bem como o anúncio do “Prémio BIAL de Medicina Clínica 2022”, no valor de € 120'000, tendo a entrega de prémios decorrido no passado mês de fevereiro, em cerimónia presidida pelo Senhor Presidente da República.

Em 2022, BIAL - Portela & Cª, S.A. concedeu € 2M de donativos a diversas entidades, para além de outros patrocínios e apoios não financeiros a múltiplas iniciativas da sociedade civil e que se enquadram no âmbito da sua política de mecenato.

Desde 2004, BIAL é membro do UN Global Compact, uma iniciativa internacional que visa promover o progresso sustentável da economia mundial, unindo empresas, governos e sociedade civil. Anualmente, a empresa renova este seu compromisso com o Pacto Global e os seus dez princípios nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção.

As alterações climáticas são um problema real e presente que comprometem as gerações atuais e futuras. BIAL é signatária do Caring for Climate, do The Porto Protocol e assinou, em 2022, o Pacto do Porto para o Clima, desafio promovido pelo município do Porto, com o objetivo de posicionar a cidade como líder, a nível nacional, na ação climática, antecipando a neutralidade carbónica através de ações coletivas e concretas.

No âmbito educativo, BIAL integra diversas iniciativas que visam dar resposta à necessidade de uma

maior participação da sociedade civil e no dia-a-dia das escolas, reconhecendo o papel fundamental da Educação no desenvolvimento sustentado de uma sociedade mais competitiva e dinâmica. Destaca-se ainda o papel da empresa nos programas “Porto de Futuro”, e “Iniciativa Educação” e a participação na associação EPIS - Empresários Pela Inclusão Social, e na Associação Stand4Good.

Na área da Saúde, BIAL tem vindo a estabelecer parcerias com sociedades médicas, associações de doentes e programas educacionais que visam a formação, a educação e a sensibilização para diversos problemas que afetam a saúde da população.

BIAL tem como missão desenvolver e fornecer soluções terapêuticas na área da Saúde, para melhorar a qualidade de vida das pessoas. Os seus dois medicamentos de investigação própria, para a epilepsia e para a doença de Parkinson, são o melhor exemplo da sua missão, contribuindo para o bem-estar de muitas dezenas de milhares de doentes em todo o mundo.

A empresa está também associada a diversas iniciativas da sociedade civil e do Estado Português, com participação ativa na sua concretização, quer através de apoio financeiro, quer diretamente na sua realização. O destaque natural vai para a intervenção dos seus mais diversos colaboradores, nomeadamente dos membros dos seus órgãos sociais, que colaboram “pró-bono” em diversas instituições públicas cujos fins e iniciativas estejam de acordo com os valores e princípios do BIAL.

A BIAL promove uma política proativa de desenvolvimento dos seus colaboradores, nomeadamente através de programas de gestão de talento e de ações de formação e de desenvolvimento. BIAL aposta na qualidade e qualificação das suas pessoas, comprovada pela elevada percentagem de colaboradores que possuem um grau académico do ensino superior (83%). Uma sólida formação académica é essencial para a obtenção de níveis de desempenho elevados, com valor acrescentado significativo em todas as áreas funcionais. A par dessa formação de base, há uma preocupação permanente com uma adequa-

da formação contínua, interna e externa, de forma a acompanhar o desenvolvimento da ciência, em especial nas áreas da saúde.

É nosso objetivo continuar a promover um relevante programa de apoio a instituições culturais, científicas, de solidariedade social e educacional, abrangendo fundações e entidades de âmbito cultural (artísticas, musicais, entre outras) e científico, organizações de intervenção social, organizações de cariz social e humanitário, organismos de saúde e de educação. Deste modo, BIAL procura concretizar um objetivo de responsabilidade social, assumindo a promoção do bem-estar da sociedade e do seu desenvolvimento transversal - cultural, científico, social, educacional e ambiental.

7. FACTOS SUBSEQUENTES a 2022.12.31

Não são conhecidos eventos posteriores a 2022.12.31 que possam influenciar as demonstrações financeiras de 2022 ou que justifiquem uma revisão dos planos e orçamentos aprovados em 2023 para as diversas empresas do Grupo.

8. PERSPETIVAS PARA 2023

Estão aprovados os Planos e Orçamentos de Exploração e Investimento para 2023, que vão dar continuidade à política estratégica de BIAL, assente na I&D e na Internacionalização, a par de práticas de sustentabilidade, responsabilidade social e boas práticas de “governance”.

A consolidação e dinamização da atividade comercial é uma prioridade, transversal às diversas filiais do Grupo, com o foco nos medicamentos de investigação BIAL, especialmente de Ongentys, e nos novos

produtos de licença lançados mais recentemente.

Em Espanha, a prioridade é dar continuidade ao crescimento de Ongentys e dos medicamentos da área respiratória, em especial de Trydonis, novo medicamento para a doença pulmonar obstrutiva crónica, a par do crescimento de Zebinix em número de doentes.

No mercado português o “focus” é o crescimento, em especial nos novos medicamentos para a diabetes tipo 2, lançados em 2020 e com um desempenho muito bom nos últimos dois anos, assim como os medicamentos para as doenças respiratórias (em especial a Doença Pulmonar Obstrutiva Crónica e Asma), os “drivers” do crescimento.

Nos EUA, Japão, Coreia do Sul e outros mercados em que estamos presentes através de licenciamentos dos nossos medicamentos, aprofundar uma relação de proximidade com os nossos licenciados para potenciar o crescimento de Ongentys e Aptiom, através de apoio científico e médico, para além da prestação de um bom serviço logístico.

Nas nossas filiais europeias, que comercializam e/ou promovem Zebinix e Ongentys, o objetivo é garantir o crescimento de ambos os medicamentos face a 2021, especialmente de Ongentys, e lançar Kynmobi, medicamento para a doença de Parkinson licenciado para a Europa, em dois ou três países até ao final do ano.

Nos mercados emergentes, o objetivo é racionalizar a nossa atividade, a par de um crescimento moderado das vendas através das exportações de BIAL - Portela & Cª para as dezenas de países onde se comercializam os nossos medicamentos.

O plano de investimentos aprovado para 2023, excluindo I&D, traduz a conclusão do plano 2019 - 2023 para o Campus BIAL, que está executado em cerca de 85%. Em 2022 foram construídos o edifício

social, uma nova unidade de antibióticos, realizada a expansão da fábrica e as obras nas novas infraestruturas do Campus, e concluída em fevereiro do corrente ano a expansão da área logística. Para 2023 está prevista a construção da nova área de aviamento e amostragem e a conclusão da remodelação \ expansão dos equipamentos industriais.

Os projetos de investigação das Novas Entidades Químicas estão em desenvolvimento, com especial enfoque nos projetos de investigação BIA9 e BIA28. Após a reavaliação em 2021/ 2022 do portfólio dos projetos de I&D, estando definidas as prioridades para 2023 e seguintes anos.

O projeto BIA9, medicamento para a doença de Parkinson, comercializado com a marca Ongentys, tem como prioridade a conclusão do ensaio clínico fase. Será dada continuidade aos ensaios clínicos de fase IV na Europa para robustecer o conhecimento terapêutico do produto em condições de prática clínica reais.

O projeto BIA28, visa obter um novo medicamento para a doença de Parkinson, quando esta resulta de uma mutação genética específica, e é o projeto com maior investimento previsto para 2023. O objetivo principal este ano é, no 3º trimestre, administrar a primeira dose do novo medicamento a um doente participante no ensaio clínico fase II.

Os outros projetos de I&D estão em fases pré-clínicas, cujos trabalhos são desenvolvidos maioritariamente pela nossa equipa de investigadores interna.

A confiança dos acionistas foi e será fundamental para o processo de desenvolvimento do Grupo, baseado numa visão estratégica de médio e longo prazo alinhada com os seus acionistas. Os resultados obtidos nos últimos anos demonstram a capacidade em implementá-la e dão confiança no futuro de BIAL como empresa uma farmacêutica internacional, assente na inovação e investigação.

O Conselho de Administração manifesta o seu agradecimento ao Sr. Dr. José Almeida Bastos que deixou de exercer funções de administrador a partir de 1 de março p.p., após ter exercido funções neste

Conselho desde o exercício de 2018. A sua experiência profissional de dezenas de anos em algumas das mais relevantes empresas farmacêuticas internacionais, a par de um elevado sentido de dever, forte empenhamento e sólidos princípios éticos, foram um contributo importante para a consolidação da estrutura comercial do Grupo BIAL nos últimos quatro anos.

Trofa, 2023.03.28

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO HORTA OSÓRIO | **Chairman**

ANTÓNIO PORTELA | **CEO**

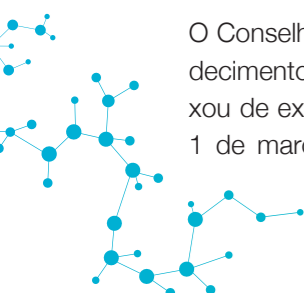
RICHARD PILNIK | **Vogal**

JOSÉ REDONDO | **Vogal**

MIGUEL PORTELA | **Vogal**

JOERG HOLENZ | **Vogal**

MAXIMILIANO BRICCHI | **Vogal**





I. BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores em euros

ATIVO	Notas	DATAS	
		2022.12.31	2021.12.31
ATIVO NÃO CORRENTE :			
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS			
Terrenos e recursos naturais		12 406 207	12 406 207
Edifícios e outras construções		17 102 249	7 276 225
Equipamento básico		17 410 713	9 752 825
Equipamento de transporte		380 933	279 574
Equipamento administrativo		2 503 616	1 100 816
Outros ativos fixos tangíveis		198 464	205 507
Ativos fixos tangíveis em curso		7 544 039	9 462 063
Adiantamentos a fornecedores de investimento		3 049 559	2 440 887
	12	60 595 780	42 924 103
ATIVOS INTANGÍVEIS			
Projetos de desenvolvimento		152 999 471	171 179 722
Propriedade industrial		4 815 922	7 512 461
Outros ativos intangíveis		277 644	76 648
Ativos intangíveis em curso		8 893 354	8 310 372
Goodwill	8	5 094 412	6 792 549
	12	172 080 803	193 871 751
INVESTIMENTOS FINANCEIROS			
Partes de capital em outras empresas		114 820	114 820
Outros investimentos financeiros		701 835	581 473
	12	816 655	696 293
DÍVIDAS DE TERCEIROS			
Outros créditos a receber	14	27 233 758	25 456 686
		27 233 758	25 456 686
IMPOSTOS DIFERIDOS			
Ativos por impostos diferidos	10	68 518 795	67 287 174
		68 518 795	67 287 174
ATIVO CORRENTE			
INVENTÁRIOS			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	22	88 025 786	82 845 659
Mercadorias	22	13 852 334	11 813 393
Produtos e trabalhos em curso		2 930 247	2 205 984
Produtos acabados e intermédios		8 658 735	9 839 620
		113 467 101	106 704 656
DÍVIDAS DE TERCEIROS			
Clientes	11	36 089 058	51 047 312
Estado e outros entes públicos	15	4 839 498	10 966 219
Outras créditos a receber	14	12 410 131	15 109 413
Devedores por acréscimos de rendimentos	16	7 555 806	6 130 859
		60 894 493	83 253 803
DIFERIMENTOS			
Gastos a reconhecer	16	2 068 330	3 485 934
		2 068 330	3 485 934
CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS			
Depósitos a prazo		5 968 330	912 162
Depósitos à ordem		49 278 921	20 238 500
Caixa		73 966	102 794
	5	55 321 217	21 253 456
TOTAL DO ATIVO		561 398 404	544 933 857

32

Valores em euros

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	DATAS	
		2022.12.31	2021.12.31
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital subscrito		52 500 000	52 500 000
Prémios de emissão		12 500 000	12 500 000
Reservas legais		25 800	25 800
De conversão cambial		6 979 691	4 792 432
Outras reservas		45 474 829	38 913 924
Subsídios		23 008 709	24 381 584
Instrumentos financeiros		311 142	-182 755
Resultados transitados		139 251 973	140 192 456
		Subtotal	280 052 143
Resultado líquido do exercício		5 228 983	5 620 415
		285 281 126	278 743 856
Interesses que não controlam			
		5 452 290	5 242 401
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		290 733 415	283 986 257
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE			
Provisões	19	1 000 654	2 063 028
Empréstimos obrigacionistas	17	30 000 000	60 000 000
Financiamentos obtidos	17	56 665 753	57 434 761
Passivos por impostos diferidos	10	2 011 086	2 355 061
Outras dívidas a pagar	14	6 679 948	7 078 524
		96 357 442	128 931 374
		128 997 014	143 213 882
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores		48 117 824	39 523 393
Estado e outros entes públicos	15	5 387 055	5 824 305
Empréstimos obrigacionistas	17	52 500 000	3 500 000
Financiamentos obtidos	17	36 345 045	53 728 177
Fornecedores de investimentos	18	5 754 864	4 234 653
Outras dívidas a pagar	14	1 652 333	3 262 502
Outros passivos	16	22 430 556	17 186 432
		172 187 678	127 259 462
DIFERIMENTOS			
Rendimentos a reconhecer	16	2 119 870	4 756 763
		2 119 870	4 756 763
TOTAL DO PASSIVO		270 664 989	260 947 600
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		561 398 404	544 933 857

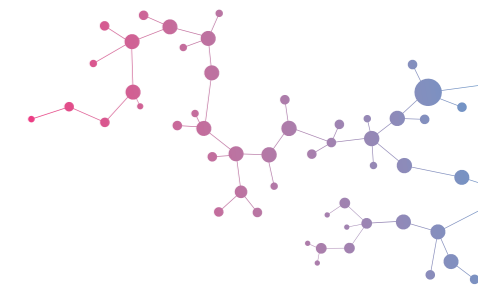
33



II. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS POR NATUREZAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Valores em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2022	2021
Vendas	20	294 864 146	298 721 864
Serviços prestados	20	14 375 421	11 386 620
Volume de negócios		309 239 567	310 108 485
Subsídios à exploração	21	3 083 385	2 318 361
Trabalhos para a própria entidade		0	0
Variação nos inventários da produção		-432 052	440 826
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	22	-83 369 375	-77 678 571
Fornecimentos e serviços externos	23	-105 615 619	-104 913 733
Gastos com o pessoal	24	-74 864 511	-73 616 390
Perdas por imparidade	19; 25	-120 875	-1 174 399
Provisões	25	-52 324	-1 420 622
Reversões	19; 25	440 984	4 920 870
Outros rendimentos	26	14 298 082	11 113 034
Outros gastos	27	-20 977 255	-24 137 729
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		41 630 007	45 960 131
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	12	-27 682 075	-32 611 220
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	12; 25	1 362 556	1 261 067
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		15 310 488	14 609 978
Juros e rendimentos similares obtidos	28	625 372	26 052
Juros e gastos similares suportados	28	-4 870 035	-4 759 707
Resultado antes de impostos		11 065 825	9 876 323
Imposto sobre o rendimento do período	10	4 181 047	2 597 656
Resultado líquido do período		6 884 778	7 278 667
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		5 228 983	5 620 415
Interesses minoritários		1 655 795	1 658 252



III. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2021

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	OUTRAS RESERVAS	SUBSÍDIOS	RESULTADOS TRANSITADOS	INTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAP. PRÓPRIO
Posição no início do período	52 500 000	12 500 000	25 800	3 571 731	-3 327 562	26 003 496	143 791 845	-360 143	41 642 099	276 347 270	5 284 591	281 631 857
Aplicação resultado líquido					42 241 486		-599 387		-41 642 099	0		0
	52 500 000	12 500 000	25 800	3 571 731	38 913 924	26 003 496	143 192 456	-360 143	0	276 347 270	5 284 591	281 631 857
Alterações de políticas contábilísticas												
Diferenças de conversão demons. financeiras				1 220 702						1 220 702	170 866	1 391 568
Subsídios						-2 092 789				-2 092 789		-2 092 789
Ajustamentos por impostos diferidos						470 878		-51 499		419 379		419 379
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								228 885		228 885		228 885
	0	0	0	1 220 702	0	-1 621 911	0	177 386	0	-223 824	170 866	-52 958
Resultado líquido do período									5 620 415	5 620 415	1 658 252	7 278 667
Resultado integral									5 620 415	5 396 591	1 829 118	7 225 709
Operações com detentores de capital no período												
Realizações de capital										0		0
Realizações de prêmios de emissão										0		0
Distribuições							-3 000 000					
Outras operações										0	-1 871 308	-1 871 308
Posição no fim do período	52 500 000	12 500 000	25 800	4 792 432	38 913 924	24 381 584	140 192 456	-182 755	5 620 415	278 743 856	5 242 401	283 986 257

36

37

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 2022

DESCRIÇÃO	CAPITAL SUBSCRITO	PRÊMIOS DE EMISSÃO	RESERVAS LEGAIS	RESERVAS DE CONVERSÃO CAMBIAL	OUTRAS RESERVAS	SUBSÍDIOS	RESULTADOS TRANSITADOS	INTRUMENTOS FINANCEIROS	RESULTADO LÍQUIDO	TOTAL	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL DO CAP. PRÓPRIO
Posição no início do período	52 500 000	12 500 000	25 800	4 792 432	38 913 924	24 381 584	140 192 456	-182 755	5 620 415	278 743 856	5 242 401	283 986 257
Aplicação resultado líquido					6 560 897		-940 482		-5 620 415	0		0
	52 500 000	12 500 000	25 800	4 792 432	45 474 821	24 381 584	139 251 973	-182 755	0	278 743 856	5 242 401	283 986 257
Alterações de políticas contábilísticas												
Diferenças de conversão demons. financeiras				2 187 258						2 187 258	281 748	2 469 006
Subsídios						-1 771 451				-1 771 451		-1 771 451
Ajustamentos por impostos diferidos						398 576		-143 390		255 186		255 186
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								637 289		637 289		637 289
	0	0	0	2 187 258	0	-1 372 875	0	493 899	0	1 308 282	281 748	1 590 030
Resultado líquido do período									5 228 983	5 228 983	1 655 795	6 884 778
Resultado integral									5 228 983	6 537 265	1 937 543	8 474 808
Operações com detentores de capital no período												
Realizações de capital										0		0
Realizações de prêmios de emissão										0		0
Distribuições							0					
Outras operações										0	-1 727 653	-1 727 653
Posição no fim do período	52 500 000	12 500 000	25 800	6 979 691	45 474 829	23 008 709	139 251 973	311 142	5 228 983	285 281 125	5 452 290	290 733 415



IV. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

	2022		2021	
ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Recebimentos de clientes	349 992 548		358 965 719	
Pagamentos a fornecedores	-206 285 588		-291 718 649	
Pagamentos ao pessoal	-70 621 490		-71 088 962	
Caixa gerada pelas operações	73 085 470		-3 841 893	
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento	1 040 140		-8 003 104	
Outros recebimentos / pagamentos relativos à atividade operacional	-8 356 024		-6 520 204	
	65 769 586		-18 365 200	
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	65 769 586		-18 365 200	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-17 850 602		-12 253 618	
Ativos intangíveis	-3 962 528		-8 051 263	
Investimentos financeiros	-122 079		-117 567	
Outros ativos			0	-20 422 449
Recebimentos provenientes de:				
Ativos fixos tangíveis			1 097 630	
Ativos intangíveis			27 418	
Investimentos financeiros	128 752		2 674	
Outros ativos			0	
Subsídios ao investimento	5 268 055		10 715 461	
Juros e rendimentos similares			104 688	
Dividendos		5 396 807	0	11 947 871
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-17 001 811		-8 474 578	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	120 000 000		35 000 000	
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0		0	
Cobertura de prejuízos			0	
Doações			0	
Outras operações de financiamento	0	120 000 000	2 486 904	37 486 904
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-123 482 805		-44 213 305	
Juros e gastos similares	-3 767 247		-4 030 446	
Dividendos	-1 112 992		-4 871 308	
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio	0		0	
Outras operações de financiamento	0	-128 363 043	-57 165	-53 172 224
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-8 363 043		-15 685 320	
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	40 404 732		-42 525 098	
Efeito das diferenças de câmbio	0		0	
Caixa e seus equivalentes no início do período (nota 5)	14 916 485		57 441 583	
Caixa e seus equivalentes no fim do período (nota 5)	55 321 217		14 916 485	





V. ANEXO CONSOLIDADO EM 2022.12.31



Valores em Euros

1. Introdução

BIAL tem por objeto social o exercício da indústria, comércio, investigação e desenvolvimento de especialidades farmacêuticas para uso humano, e tem sede no Coronado (S. Mamede e S. Romão), Trofa.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 2023.03.28.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

A empresa elabora o relato contabilístico das suas contas individuais e consolidadas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) que fazem parte integrante do SNC.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da empresa e das suas subsidiárias a 31 de dezembro de 2022.

A partir da publicação do Decreto-Lei nº 238/91, de 2 de julho a empresa iniciou a preparação e apresentação de contas consolidadas. Deste modo, as presentes demonstrações financeiras consolidadas não são as primeiras demonstrações financeiras consolidadas apresentadas pela empresa. Não houve derrogações excecionais de disposições do SNC tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Base das demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- AAs Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes do anexo ao Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, que instituiu o SNC;

- A transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram em ou após 1 de janeiro de 2016.
- As NCRF em vigor na presente data com as isenções descritas no parágrafo 3.1.a) e 3.1.c) e previstas na data de transição.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

(a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis referem-se a bens utilizados na produção, na prestação de serviços ou no uso administrativo e são mensurados de acordo com o modelo do custo.

Na data de transição para o SNC foi adotado o custo considerado:

- Para terrenos e edifícios, o justo valor de uma avaliação efetuada em 31 de dezembro de 2003, por uma entidade independente e na base dos valores de mercado, e da qual resultou um acréscimo de valor de € 6 955 076;
- Para os restantes ativos fixos tangíveis, o valor constante das anteriores demonstrações financeiras preparadas de acordo com o POC, o qual incluía reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diversos diplomas legais que tiveram em conta coeficientes de desvalorização da moeda.

Subsequentemente, foi decidido manter o custo considerado, optando pelo método do custo na valorização de todos os ativos fixos tangíveis.

Com exceção dos terrenos que não são amortizáveis, os ativos fixos tangíveis são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

As depreciações são calculadas numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização para a finalidade pretendida, utilizando o método das quotas constantes.

Em 2022 foi dada continuidade ao forte investimento na expansão da capacidade industrial da BIAL, com a construção de novos edifícios, unidades industriais, requalificação de edifícios existentes, investimento em novos equipamentos e infraestruturas.

Em face deste contexto, considerou-se pertinente a revisão da vida útil do imobilizado em linha com a vidas úteis expectáveis.

Nos últimos anos, BIAL tem executado um plano de expansão das suas instalações em S. Mamede do Coronado, o Campus BIAL, com uma visão de longo prazo. Mais concretamente, compreende os projetos da expansão da fábrica, a nova fábrica de antibióticos, a expansão logística, as infraestruturas e o edifício social. Em complemento, os edifícios existentes têm também sido alvo de intervenções de manutenção preventiva e reestruturações, com especial foco na unidade de Investigação e Desenvolvimento.

Neste sentido, parece-nos evidente que, ao dotar todo o Campus BIAL de mais e melhores condições, quer a nível de capacidade produtiva, infraestruturas técnicas e melhores condições de trabalho, haja um impacto positivo, direto ou indireto, destes investimentos em investimentos passados, que estejam em linha com as decisões de longo prazo agora tomadas.

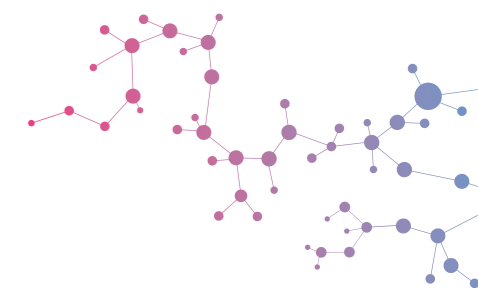
Sob este fundamento, considerou-se pertinente reavaliar a vida útil do imobilizado, reajustando-a à nova realidade e perspetiva de longo prazo, suportando a análise com o histórico do imobilizado já depreciado, mas ainda em utilização. A revisão das vidas úteis tem efeitos prospetivos, ou seja, esta operação não teve qualquer impacto nos saldos de abertura nem Capital Próprio.

Nesta fase foram envolvidos os responsáveis e técnicos das áreas funcionais relevantes, que avaliaram o imobilizado e, com base no seu conhecimento dos bens em causa, dos processos de procurement e experiência profissional, atribuíram um intervalo de vida útil para cada grupo fiscal.

As principais áreas funcionais revistas foram: Secção de Produção, Secção de Engenharia e Manutenção, Secção de Logística e Distribuição, Área de Investigação e Desenvolvimento e Laboratório de Controlo de Qualidade.

Desta forma, as novas taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

2021 % anual	
Edifícios e outras construções	2%, 5% e 10%
Equipamento básico	10%-16.66%, 25%, 33.33%
Equipamento de transporte	20% e 25%
Equipamento administrativo	10%-25%, 33.33%, 50%
2022 % anual	
Edifícios e outras construções	2%, 6% e 10%
Equipamento básico	6%-13%, 20%, 25%
Equipamento de transporte	20% e 25%
Equipamento administrativo	6%, 13%, 17%



Os bens adquiridos em regime de locação financeira são amortizados utilizando as mesmas taxas dos restantes ativos fixos tangíveis, ou seja, tendo por base a respetiva vida útil.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

Os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas, ou seja, o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica "gastos/reversões de depreciação e de amortização".

Os custos de desmantelamento e remoção de bens do ativo fixo tangível e os custos de restauro do local onde estes estão localizados, em cuja obrigação se incorre quando os bens são adquiridos ou como consequência de terem sido usados durante um determinado período para finalidades diferentes da produção de inventários, fazem parte do custo do ativo fixo tangível correspondente e são amortizados no período de vida útil dos bens a que respeitam.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do ativo a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse ativo ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (calculado como a diferença entre o valor de venda, menos os custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Os ativos fixos tangíveis em curso dizem respeito a bens que ainda se encontram em fase de construção ou desenvolvimento e estão mensurados ao custo de aquisição sendo somente amortizados quando se encontram disponíveis para uso.

O ativo fixo tangível inclui bens em regime de locação financeira que são amortizados com o mesmo critério dos restantes bens.

(b) Imparidade

As empresas englobadas na consolidação avaliam se existe qualquer indicação de que um ativo possa estar em imparidade no final do ano. Se existir qualquer indicação, as empresas estimam a quantia recuperável do ativo (que é a mais alta entre o justo valor do ativo ou de uma unidade geradora de caixa menos os custos de venda e o seu valor de uso) e reconhecem nos resultados do exercício a imparidade sempre que a quantia recuperável for inferior ao valor contabilístico.

Ao avaliar se existe indicação de imparidade são tidas em conta as seguintes situações:

- Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal;
- Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado;
- As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo;
- A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado;
- Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo;
- Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada;
- Existe evidência em relatórios internos que indica que o desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

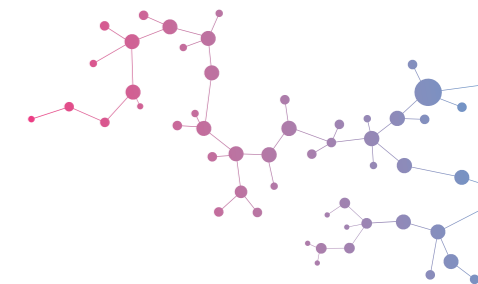
As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

(c) Goodwill

O *goodwill* corresponde a benefícios económicos futuros resultantes de ativos que não são capazes de ser individualmente identificados e separadamente reconhecidos.

O *goodwill* relativo a subsidiárias englobadas na consolidação encontra-se discriminado em rubrica própria do Balanço.

Em 1 de janeiro de 2009 (data de transição para as NCRF) a empresa adotou a isenção da NCRF 3 - Adoção pela primeira vez da NCRF relativa a Concentrações de atividades empresariais pelo que adotou como custo considerado, nessa data, o valor do *goodwill* constante das contas preparadas de acordo com o POC (custo de aquisição menos amortizações acumuladas até 31 de dezembro de 2008 e menos qualquer perda por imparidade apurada nessa data), ao invés de calcular o *goodwill* retrospectivamente à data da concentração com base em informação disponível a essa data.



Nas aquisições subsequentes a 1 de janeiro de 2009, o *goodwill* é mensurado pelo seu custo, que corresponde ao excesso do custo das concentrações de atividades empresariais a que respeitam face ao interesse do Grupo no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis na data da concentração.

A partir de 2016, o *goodwill* é amortizado de acordo com as disposições da NCRF 14, à taxa anual de 10%, pelo prazo de 10 anos.

Sempre que o interesse da adquirente no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis excede o custo da concentração de atividades empresariais, a diferença é imediatamente reconhecida nos resultados do período após reavaliação da identificação e mensuração dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida e da mensuração do custo da concentração.

Quando o *goodwill* faz parte de uma unidade geradora de caixa e parte de uma operação dentro dessa unidade é alienada, o *goodwill* associado com a operação alienada é incluído no valor contabilístico da operação para determinar o ganho ou perda da operação. O *goodwill* desreconhecido nestas circunstâncias é mensurado com base nos valores relativos entre a operação alienada e a parte da unidade geradora de caixa mantida.

O *goodwill* apresentado no Balanço está mensurado ao custo menos imparidade e amortizações acumuladas.

A empresa testa o *goodwill* quanto à imparidade se os acontecimentos ou as alterações nas circunstâncias indicam que pode estar com imparidade, de acordo com a NCRF 12 – Imparidade de Ativos.

Para efeitos de testar a imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que se espera que venham a beneficiar das sinergias da concentração, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida poderem também ser alocados a essas unidades.

(d) Ativos intangíveis, exceto goodwill

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados, na data do reconhecimento inicial, ao custo.

O custo com os intangíveis gerados internamente, excluindo os custos de desenvolvimento em determinadas circunstâncias, são considerados como um gasto, sendo refletido na demonstração de resultados no ano em que o gasto é incorrido.

As despesas de investigação e desenvolvimento são consideradas como gastos nos exercícios em que forem incorridas, salvo se cumprirem os requisitos do SNC para serem capitalizadas. Neste último caso, são reconhecidas como um ativo intangível e amortizadas numa base sistemática e racional nos exercícios, corrente e futuros, com referência ou à venda ou ao uso do proveito ou processo.



Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis apresentam-se ao custo menos amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As vidas úteis dos ativos intangíveis são avaliadas entre finitas ou indefinidas.

Os ativos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados durante o período de vida económica esperada e avaliados quanto à imparidade sempre que existe uma indicação de que o ativo pode estar em imparidade.

A imparidade destes ativos é determinada tendo por base os critérios descritos na alínea b).

As reversões de imparidade são reconhecidas em resultados e não devem exceder a quantia escriturada do bem que teria sido determinada caso nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida anteriormente.

Para um ativo intangível com uma vida útil finita, os métodos de amortização, a vida útil estimada e o valor residual são revistos no final de cada ano e os efeitos das alterações são tratados como alterações de estimativas i.e. o efeito das alterações é tratado de forma prospetiva.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das quotas constantes.

Considera-se que o valor residual é nulo pelo que o valor depreciável sobre o qual incidem as amortizações é coincidente com o custo.

As taxas de amortização estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até fim da sua vida útil esperada e são as seguintes:

Projetos de desenvolvimento	5%
Software-validações	33.33%
Propriedade industrial	5% - 33.33%

Encontram-se classificados no ativo, os projetos de desenvolvimento BIA2, na área da epilepsia e o BIA9, medicamento para a doença de Parkinson.

Os restantes projetos de investigação e desenvolvimento, à data do balanço, ainda não reúnem as condições para se qualificarem como um ativo.

O gasto com amortizações de ativos intangíveis com vidas úteis finitas é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica de “gastos/reversões de depreciação e amortização”.

A amortização do Zebinix, medicamento antiepilético, é efetuada ao longo de 20 anos, a taxas constantes, em linha reta, de acordo com a vida útil esperada, tendo começado em setembro de 2009 com o início da comercialização na Europa.

A amortização do Ongentys (medicamento para a doença de Parkinson) é efetuada ao longo de 20 anos, a taxas constantes, de acordo com a vida útil esperada, tendo-se iniciado a amortização do ativo em setembro de 2016 com o início da comercialização na Europa.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo intangível (calculado como a diferença entre o valor de venda menos o custo da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos intangíveis.

(d.1) Projetos de desenvolvimento

São requisitos essenciais, para um “projeto de I&D ser classificado no ativo, na rubrica de “projetos de desenvolvimento”, os seguintes:

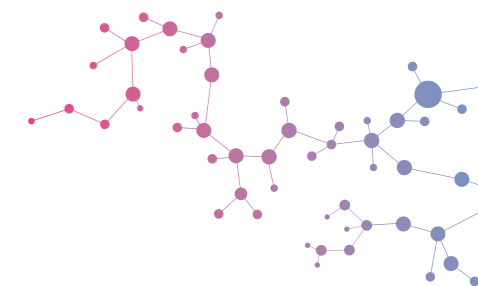
- A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda.
- A sua intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo.
- A sua capacidade de usar ou vender o ativo intangível.
- A forma como o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.
- A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível.
- A sua capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

A existência de contratos de *licensing-out* é a evidência suficiente para a demonstração de que o ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros.

O valor da rubrica de “projetos de desenvolvimento” inclui:

- O investimento no BIA-2093 após a sua entrada na Fase III de desenvolvimento, a qual coincidiu com o primeiro contrato de *licensing-out* em 2007. No início de 2009, obteve-se a aprovação por parte da EMA, tendo-se iniciado a comercialização em outubro de 2009 do medicamento com a marca Zebinix, após o desenvolvimento do acetato de eslicarbazepina. Em 2013, a FDA aprovou o medicamento para os EUA, tendo-se iniciado a comercialização em 2014, com a marca Aptiom. Foi aprovada a “monoterapia” pela FDA, para os EUA, em agosto de 2015 e iniciada a comercialização em novembro de 2015. Em 2016, a EMA aprovou a “pediatria” para a Europa, tendo-se iniciado a sua comercialização em julho de 2017, data a partir da qual teve início a amortização do custo com a indicação para a pediatria. Em 2018, o medicamento foi licenciado para a Coreia do Sul. Em 2020, foi assinado acordo de distribuição para a Austrália. Em 2022, foram assinados acordos de distribuição para Israel.
- O investimento no novo medicamento para a doença de Parkinson (BIA9), o qual se encontra aprovado pela EMA para a Europa. Este facto, aliado ao seu primeiro contrato de licenciamento-out celebrado para o mercado japonês (terceiro maior mercado mundial em termos





de prevalência da doença), tornam altamente provável a recuperação do investimento já realizado. Nestas circunstâncias, a empresa optou por iniciar a capitalização das despesas de desenvolvimento do BIA9 incorridas na Fase III de desenvolvimento. Em consonância, a partir de 2013, os subsídios atribuídos ao BIA9 passaram a ser contabilizados no capital próprio. Em 2016, o dossier entregue na EMA foi aprovado para a comercialização do medicamento na Europa, sob a marca Ongentys, cujo início ocorreu em setembro de 2016. Consequentemente o ativo encontra-se a ser amortizado a partir de igual data. Em 2017, o medicamento foi licenciado para os EUA, em 2018 foi licenciado para a China e Coreia do Sul e em 2019 foi licenciado para Taiwan. Em 2020 iniciou-se a comercialização do medicamento nos EUA, Japão, Coreia do Sul e Suíça. Em 2022, foi assinado acordo de distribuição para Austrália.

As despesas com desenvolvimento inicialmente reconhecidas como custos não são reconhecidas como um ativo em períodos subsequentes.

(d.2) Programas de computador

São reconhecidos nesta rubrica os programas de computador adquiridos a terceiros.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento dos programas de computador são reconhecidos como gastos quando incorridos por se considerar que não são mensuráveis com fiabilidade e/ou não geram benefícios económicos futuros.

(d.3) Propriedade industrial

Nesta rubrica encontram-se refletidas as patentes registadas em nome das empresas englobadas na consolidação, relativamente às quais existe o direito exclusivo de utilização.

(d.4) Marcas

As marcas referem-se a marcas adquiridas a entidades exteriores.

As marcas geradas internamente não são reconhecidas como ativo.

As marcas com direitos de utilização limitados são amortizadas, numa base constante, durante o período de uso.

(e) Participações financeiras

A empresa utiliza o modelo do custo para participações financeiras em:

- Subsidiárias excluídas da consolidação;
- Associadas nas quais não foi possível utilizar o método da equivalência patrimonial por existirem restrições severas e duradouras que prejudicam significativamente a capacidade de transferência de fundos para o Grupo;

- Outras entidades nas quais não é obrigada a utilizar o método da equivalência patrimonial nem a consolidação proporcional e onde não tem condições para determinar o justo valor de forma fiável, designadamente participações financeiras em empresas não cotadas.

De acordo com o modelo do custo as participações financeiras são reconhecidas inicialmente pelo seu custo de aquisição, que inclui custos de transação, sendo subsequentemente o seu valor diminuído por perdas por imparidade, sempre que ocorram.

(f) Ativos financeiros (exceto participações financeiras)

Os ativos financeiros são reconhecidos quando se constitui parte na respetiva relação contratual. Os ativos financeiros, que não as participações financeiras, estão valorizados ao custo amortizado, líquido de perdas por imparidade, quando aplicável.

No final do ano o Grupo avaliou a imparidade destes ativos. Sempre que existia uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos poderia estar em imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como o não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A empresa, por razões económicas ou legais relacionados com a dificuldade financeira do devedor, oferece ao devedor concessões que, de outro modo, não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros, desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados cada um per si para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

Seguem-se algumas especificidades relativas a cada um dos tipos de ativos financeiros.

(f.1) Clientes

As contas a receber de clientes são mensuradas, aquando do reconhecimento inicial, de acordo com os critérios de mensuração de vendas e prestações de serviços descritos na alínea p) sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado menos imparidade, determinada com base nos critérios definidos acima.





(f.2) Outras dívidas a receber

As Outras dívidas a receber encontram-se valorizadas da seguinte forma:

- Devedores por acréscimos de rendimentos - ao valor estimado/contratualizado;
- Outros devedores - ao custo amortizado menos imparidade.

A imparidade, em ambos os casos, é determinada com base nos critérios definidos acima.

(f.3) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de “caixa e equivalentes de caixa” compreende, além da caixa e bancos, também os descobertos bancários incluídos na rubrica de “financiamentos obtidos” do balanço.

(g) Imposto sobre o rendimento

(g.1) Imposto sobre o rendimento – corrente

O imposto corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita cada uma das empresas englobadas na consolidação.

A empresa-mãe e as subsidiárias participadas direta ou indiretamente em pelo menos 90% do respetivo capital e que, simultaneamente, são residentes em Portugal e são tributadas em sede de imposto sobre o rendimento são tributadas no âmbito do regime especial de tributação dos grupos de sociedades, à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal e acrescida de uma taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável entre € 1,5 M e € 7,5 M, de 5% sobre o lucro tributável que exceda os € 7,5 M até € 35 M e de 9% sobre o lucro tributável que exceda os € 35 M.

Nos termos da legislação em vigor nas diversas jurisdições das empresas englobadas na consolidação, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão por parte das autoridades fiscais durante um período que varia entre quatro e cinco anos, o qual pode ser prolongado em determinadas circunstâncias, nomeadamente quando existem prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações.

O Conselho de Administração, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras consolidadas.

(g.2) Imposto sobre o rendimento – diferido

Os ativos e passivos por impostos diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias (dedutíveis e tributáveis) entre as bases contabilísticas e as bases fiscais dos ativos e passivos do Grupo.

Os ativos por impostos diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os passivos por impostos diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos ativos e passivos por impostos diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais decorrentes da forma como o Grupo espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

Os prejuízos e os créditos fiscais suscetíveis de serem utilizados no futuro são reapreciados no final de cada exercício, sendo apenas reconhecidos os ativos por impostos diferidos com possibilidade de recuperação.

Portugal:

No Orçamento Suplementar de 2020, relativamente aos prejuízos fiscais em reporte no primeiro dia do período de tributação de 2020, a contagem do seu prazo de dedução ficou suspensa durante os períodos de tributação de 2020 e 2021, traduzindo-se num aumento de dois anos do prazo de reporte dos prejuízos fiscais apurados em 2014 e anos seguintes.

Com o Orçamento de Estado de 2023 foi alterado o Código do IRC, deixando a dedução dos prejuízos fiscais de ter limitação temporal, sendo esta alteração aplicada à dedução aos lucros tributáveis dos períodos de tributação que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023, bem como os prejuízos fiscais apurados em períodos de tributação anteriores, reportáveis a esta data.





No que diz respeito ao limite da percentagem de dedução perante os lucros tributáveis, foi fixado um novo limite, diminuindo-se de 70% para 65% a percentagem de dedução máxima possível. No entanto, esta alteração não prejudica o estabelecido no Orçamento Suplementar para 2020 que permite um aumento de 10 pontos percentuais na dedução a efetuar aos lucros tributáveis quando esses 10% incrementais respeitem a prejuízos fiscais apurados em 2020 e 2021

Espanha, Itália e EUA:

O período de dedução dos prejuízos fiscais não tem prazo limite

Moçambique:

O período de dedução dos prejuízos fiscais tem prazo máximo de cinco anos, a partir de 1/1/2017, sendo que para os prejuízos anteriores a essa data, o prazo estipulado é de cinco anos a contar de 1/1/2017.

(h) Inventários

A valorização dos inventários e os respetivos métodos de custeio são os seguintes:

Produtos acabados - ao custo de produção, englobando matérias-primas e subsidiárias ao preço médio mais despesas de produção definidas pelos departamentos industrial e de qualidade.

Produtos intermédios - ao preço do produto acabado deduzido das embalagens de consumo.

Produtos e trabalhos em curso - ao custo dos materiais incorporados, acrescido dos custos industriais de acordo com a fase de fabrico.

Matérias-primas - ao custo de aquisição, lote a lote.

Materiais de embalagem e outros (caixas, rótulos e prospetos) - ao preço médio de aquisição.

O custo dos inventários inclui:

- Custos de compra (preço de compra, direitos de importação, impostos não recuperáveis, custos de transporte, manuseamento e outros diretamente atribuíveis à compra, deduzidos de descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes);
- Custos de conversão (mão de obra e gastos gerais de produção);
- Outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e condições pretendidos;

Sempre que o valor realizável líquido é inferior ao custo de compra ou de conversão, procede-se à redução de valor dos inventários, mediante o reconhecimento de um ajustamento, o qual é revertido quando deixam de existir os motivos que o originaram.

Para este efeito, o valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso ordinário da atividade empresarial menos os custos estimados de acabamento e os custos necessários para efetuar a venda. As estimativas tomam em consideração as variações relacionadas com acontecimentos ocorridos após o final do período na medida em que tais acontecimentos confirmem condições existentes no fim do período.

(i) Estado e outros entes públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

(j) Diferimentos ativos e passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequado o seu integral reconhecimento nos resultados do período em que ocorrem, mas que devam ser reconhecidos nos resultados de períodos futuros.

(l) Rubricas do capital próprio

(l.1) Capital subscrito

Atualmente, todo o capital da BIAL Holding, S.A. está realizado, considerando que existe um prémio de emissão apurado de € 12 500 000.

(l.2) Reserva legal

De acordo com o artº 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (artº 296 do CSC).

(l.3) Outras reservas

Esta rubrica inclui reservas de reavaliação efetuadas com base nos termos do anterior normativo contabilístico, líquidas dos correspondentes impostos diferidos, e que não são apresentadas na rubrica de excedentes de revalorização pelo facto de a entidade ter adotado o método do custo considerado na data de conversão para o SNC.

As reservas de reavaliação efetuadas ao abrigo de diplomas legais, de acordo com tais diplomas, só estão disponíveis para aumentar capital ou cobrir prejuízos incorridos até à data a que se reporta a reavaliação e apenas depois de realizadas (pelo uso ou pela venda).

Esta rubrica inclui também eventuais ganhos por aumentos de justo valor que, de acordo com o nº 2 do artº 32 do CSC, só estarão disponíveis para distribuição quando os elementos ou direitos que lhes deram origem forem alienados, exercidos, extintos ou liquidados.

(l.4) Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados realizados disponíveis para distribuição aos acionistas, após respeitadas as condições previstas no artº 32 e 33 do CSC.

(l.5) Outras variações no capital próprio - Subsídios ao investimento

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis, líquidos dos respetivos impostos diferidos, que estejam relacionados com ativos tangíveis e intangíveis.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios relativos a investimentos são registados nos capitais próprios, sendo transferidos para resultados (outros rendimentos) ao longo da vida útil dos bens na proporção das amortizações dos respetivos bens subsidiados.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, esta conta é reduzida:

- No que respeita aos subsídios relativos a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis com vida útil definida, pela imputação, numa base sistemática, a rendimentos durante os períodos necessários para balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- No que respeita a ativos fixos tangíveis não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, pela imputação a rendimentos nos exercícios em seja necessário compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

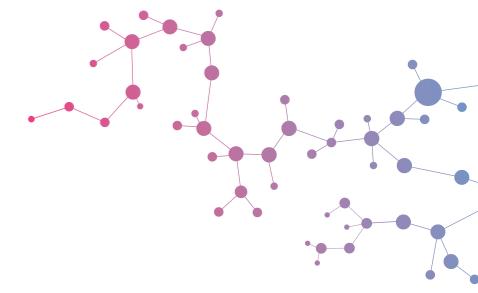
Estes subsídios não estão disponíveis para distribuição até que sejam imputados a rendimentos durante os períodos necessários para: (i) balancear os subsídios com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem, ou seja, amortizações e depreciações e/ou (ii) para compensar qualquer perda por imparidade que seja reconhecida relativamente a tais ativos.

(l.6) Outras variações no capital próprio – Diferenças de conversão de demonstrações financeiras

A moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Euro.

Esta rubrica reflete as diferenças de transposição de demonstrações financeiras das entidades englobadas na consolidação sempre que a sua moeda funcional (ambiente económico principal no qual operam) não é o Euro e que resultam de, à data de cada balanço:

- Os ativos e passivos em moeda estrangeira serem transpostos pelo uso da taxa de câmbio de fecho;
- Os ganhos e perdas serem transpostos pelo uso da taxa de câmbio à data da transação.

**(m) Provisões**

Esta conta reflete as obrigações presentes (legais ou construtivas) da entidade, provenientes de acontecimentos passados, cuja liquidação se espera que resulte numa saída de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço. Sempre que o efeito do valor temporal do dinheiro é material, a quantia de uma provisão é o valor presente dos dispêndios que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do passivo e que não reflete riscos relativamente aos quais as estimativas dos fluxos de caixa futuros tenham sido ajustadas.

(n) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se constitui parte na respetiva relação contratual.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao justo valor e, no caso de empréstimos, são também reconhecidos os gastos de transação.

Os passivos financeiros estão valorizados nos termos indicados nas alíneas seguintes.

(n.1) Financiamentos obtidos

Os financiamentos estão valorizados ao custo amortizado determinado com base no método do juro efetivo. De acordo com este método, na data do reconhecimento inicial os financiamentos são reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão, o qual corresponde ao respetivo justo valor nessa data.

Subsequentemente, os financiamentos são mensurados ao custo amortizado, que inclui todos os encargos financeiros calculados de acordo com o método do juro efetivo.

Os financiamentos para os quais existe cobertura de taxa de juro fixa incluem também as variações de justo valor (parágrafo 37 b) da NCRF 27).

Nos financiamentos para os quais existe cobertura de risco de taxa de juro fixa ou cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, os respetivos instrumentos financeiros derivados são apresentados, consoante o caso, em "outros ativos financeiros" ou "outros passivos financeiros" e como não correntes ou como correntes, seguindo o critério como o financiamento está apresentado no Balanço.

(n.2) Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, são mensuradas ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

(n.3) Outras dívidas a pagar

Os fornecedores de investimentos – contas gerais, estão mensuradas ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo.

As restantes dívidas a pagar estão mensuradas ao custo amortizado.

(n.4) Adiantamentos de clientes

Os adiantamentos de clientes estão mensurados ao custo amortizado.

(o) Efeito das alterações das taxas de câmbio

Os saldos que se mantenham em dívida no final do ano são convertidos à taxa de câmbio do fecho e a diferença é reconhecida em resultados.

As cotações cambiais usadas para conversão dos saldos a receber e a pagar em moedas estrangeiras de países fora da zona Euro à data do balanço foram as seguintes:

2022:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	0,9841	0,988
GBP	0,8823	0,8859
USD	1,0648	1,0691
JPY	140,448	141,011
SEK	11,1002	11,1446
CAD	1,441	1,4467

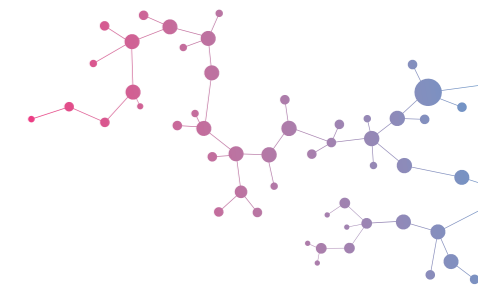
2021:	Saldos devedores	Saldos credores
CHF	1,0358	1,0317
GBP	0,8388	0,8354
USD	1,1335	1,129
JPY	130,49	129,969
SEK	10,2618	10,2208
CAD	1,4433	1,4376

(p) Vendas e prestações de serviços

As vendas e as prestações de serviços são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos comerciais e de quantidade concedidos.

Quando é concedido crédito isento de juros aos compradores ou estes aceitam livranças com taxa de juro inferior à do mercado como retribuição pela venda dos bens, ou, de qualquer outra forma o influxo de dinheiro ou





equivalentes de dinheiro é diferido, a diferença entre o justo valor da retribuição e a quantia nominal da retribuição é reconhecida como rédito de juros, durante o período que medeia entre a data do reconhecimento do rédito e a data efetiva do recebimento.

Quando o preço da venda dos produtos/serviços inclui uma quantia identificável de serviços subsequentes, essa quantia é diferida e reconhecida como rédito durante o período em que o serviço é executado.

Embora o rédito somente seja reconhecido quando for provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a empresa, quando surja uma incerteza acerca da cobrabilidade de uma quantia já incluída no rédito, a quantia incobrável, ou a quantia com respeito à qual a recuperação tenha cessado de ser provável, é reconhecida como uma imparidade (saldo a receber), e não como um ajustamento da quantia de rédito originalmente reconhecido.

Seguem-se algumas especificidades relativas ao reconhecimento das vendas e das prestações de serviços:

(p.1) Vendas

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando estão satisfeitas todas as condições seguintes:

- Tenham sido transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens;
- Não se mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser mensurada com fiabilidade;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser mensurados com fiabilidade.

(p.2) Prestações de serviços

O rédito das prestações de serviços é reconhecido quando o desfecho da transação pode ser estimado com fiabilidade o que ocorre quando todas as condições seguintes são satisfeitas:

- A quantia de rédito pode ser mensurada com fiabilidade;
- É provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para o Grupo;
- A fase de acabamento da transação à data do balanço pode ser mensurada com fiabilidade; e
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

Pagamentos progressivos e adiantamentos de clientes não são tidos em conta para a determinação da percentagem de acabamento.

O rédito resultante da venda de licenciamento de investigação própria é reconhecido quando os acordos são celebrados e os riscos e benefícios inerentes à exploração da licença são transferidos de forma irreversível para a contraparte, esta não depende do continuado envolvimento da empresa para beneficiar do bem transferido, e a receita recebida não é reembolsável. Para além da venda do licenciamento, os contratos realizados preveem a obtenção de receitas adicionais condicionadas à realização de determinados eventos (“milestones”) que dependem do esforço continuado da empresa. A receita reconhecida corresponde ao justo valor atribuído a cada uma das componentes separadas previstas no acordo de licenciamento quando o “milestone” é atingido. A contabilização dos milestones é efetuada de acordo com o *guidance* da IFRS 15.

O rédito resultante de vendas do Zebinix e do ONgentys para alguns Países da Europa e do Aptiom para os EUA, é estimado e posteriormente validado após conhecido o montante de vendas realizadas pela empresa que comercializa o produto.

(q) Trabalhos para a própria entidade

As normas contabilísticas preveem que poderão ser adicionados ao custo de um ativo qualificável (em termos simples, os ativos que demoram um período substancial de tempo para ficarem prontos para o seu uso pretendido ou para venda), as despesas suportadas com a finalidade de colocar a operar esse ativo, incluindo os encargos financeiros associados suportados nesse período.

A estratégia do Grupo para o desenvolvimento dos projetos de investigação em curso passa por um investimento considerável em recursos internos e não apenas em recursos externos.

Esta rubrica refere-se a projetos de desenvolvimento, efetuados internamente pelas empresas do grupo, e que são capitalizadas em ativo intangível. A mensuração é efetuada ao custo e inclui materiais, mão-de-obra direta e gastos gerais de fabrico imputados tendo por base a capacidade normal de produção.

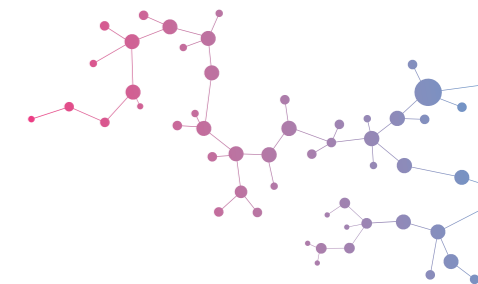
(r) Benefícios dos empregados

Não estão atribuídos benefícios pós-emprego.

De acordo com a legislação laboral em vigor os empregados têm direito a férias e a subsídio de férias no ano seguinte àquele em que o serviço é prestado. Assim, foi reconhecido nos resultados do exercício um acréscimo do montante a pagar no ano seguinte o qual se encontra refletido na rubrica “outras dívidas a pagar”.

As distribuições de lucros a empregados são reconhecidas em “gastos com o pessoal” no período a que respeitam e não como uma distribuição de resultados, quando aplicável.





A Empresa deve reconhecer um passivo e um gasto relativo aos benefícios de cessação de emprego na mais antiga das seguintes datas:

- a) Quando a Empresa já não pode retirar a oferta de tais benefícios; e
- b) Quando a entidade reconhece os custos de uma reestruturação e que se inscreve no âmbito da NCRF 21 e que implica o pagamento de benefícios de cessação de emprego.

(s) Subsídios e outros apoios a entidades públicas

O benefício de um empréstimo de uma entidade pública com uma taxa de juro inferior à do mercado é tratado como um subsídio de entidade pública. O empréstimo deve ser reconhecido e aferido em conformidade com a NCRF 27. O benefício da taxa de juro inferior à do mercado deve ser determinado como a diferença entre a quantia escriturada inicial do empréstimo determinada em conformidade com a NCRF 27 e a quantia recebida. O benefício é contabilizado em conformidade com a presente Norma. A entidade deve ter em conta as condições e obrigações que foram, ou devem ser, satisfeitas ao identificar os gastos que o benefício do empréstimo visa compensar.

(s1) Subsídios à exploração

São reconhecidos nesta rubrica os subsídios não reembolsáveis que não estejam relacionados com ativos.

Os subsídios só são reconhecidos quando existe uma segurança razoável de que a empresa cumpriu/irá cumprir com as condições a ele associadas e que o subsídio será recebido.

Os subsídios à exploração são registados na demonstração dos resultados durante os períodos em que são reconhecidos os gastos a compensar.

(s2) Subsídios ao investimento

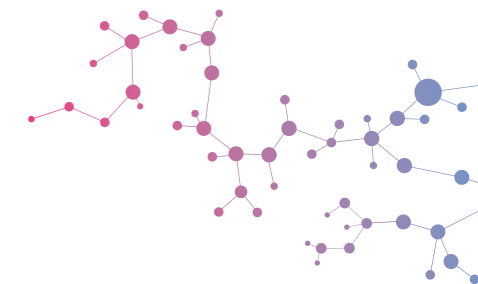
Ver nota (I.5).

(t) Juros e gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros suportados determinados com base no método da taxa de juro efetiva;
- Juros de instrumentos financeiros de cobertura de risco de taxa de juro (Swap).

Os custos financeiros de financiamento atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes custos começa após o início de preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompido com o final da produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.



(u) Instrumentos financeiros de cobertura

Só são considerados instrumentos financeiros de cobertura a parte efetiva dos derivados que forem designados como tal e em que a entidade espera que as alterações no justo valor ou fluxos de caixa no item coberto, atribuíveis ao risco que está a ser coberto, compensarão praticamente as alterações de justo valor ou fluxos de caixa do instrumento de cobertura.

Na ausência de orientações detalhadas na NCRF 27 – Instrumentos financeiros sobre a forma de testar e documentar a efetividade da cobertura, as entidades englobadas na consolidação seguem as disposições aplicáveis da IAS 39 – Instrumentos financeiros.

A variação no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de taxa de juro fixa ou de risco de preço de mercadorias detidas, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas em resultados na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de risco de variabilidade de taxa de juro, risco cambial, risco de preço de mercadorias no âmbito de um compromisso ou de elevada probabilidade de transação futura são reconhecidas no capital próprio na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” na sua componente efetiva e em resultados, na rubrica “aumentos/reduções por justo valor”, na sua componente não efetiva. Os valores registados na rubrica “ajustamentos em ativos financeiros” são transferidos para resultados para a rubrica “aumentos/reduções por justo valor” no período em que o item coberto tiver efeito em resultados.

A componente não efetiva daquelas variações é reconhecida de imediato em resultados. A empresa opta por efetuar esta cobertura através da contratação de financiamentos em moeda estrangeira.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, o mesmo é vendido ou exercido ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na NCRF 27- Instrumentos financeiros nos termos detalhados na IAS 39 – Instrumentos financeiros.

A parte efetiva dos instrumentos derivados de cobertura são apresentados no balanço em “outros ativos financeiros” ou em “financiamentos obtidos” consoante a sua natureza seja, respetivamente, devedora ou credora, e como não correntes ou como correntes dependendo da rubrica onde os respetivos instrumentos cobertos estão apresentados no balanço.

Se aplicável, instrumentos financeiros derivados não considerados de cobertura vencíveis a curto prazo que são registados em caixa e depósitos bancários. À data de 31 de dezembro de 2020 e 2021 não existem instrumentos financeiros nestas condições.

(v) Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de rendimentos que podem nunca ser realizados.

Contudo, são divulgados quando for provável a existência de um influxo futuro.

Um passivo contingente é:

- Uma obrigação possível que provém de acontecimentos passados e cuja existência só será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade, ou
- Uma obrigação presente que decorra de acontecimentos passados mas que não é reconhecida porque:
 - Não é provável que uma saída de recursos seja exigida para liquidar a obrigação, ou
 - A quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras para não resultarem no reconhecimento de gastos que podem nunca se tornar efetivos.

Contudo, são divulgados sempre que existe uma probabilidade de exfluxos futuros que não seja remota.

(w) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

(x) Ativos e Passivos não correntes detidos para venda

Esta rubrica inclui ativos não correntes cuja quantia escriturada é recuperada principalmente através de uma transação de venda em lugar de o ser pelo uso continuado e que satisfazem as seguintes condições:

- Estão disponíveis para venda imediata na sua condição presente, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para a venda de tais ativos (ou grupos para alienação) e
- A sua venda é altamente provável. Isto é:
 - A hierarquia de gestão apropriada está empenhada num plano



- para vender o ativo (ou grupo para alienação);
- Foi iniciado um programa para localizar um comprador e concluir o plano;
- O ativo (ou grupo para alienação) foi amplamente publicitado para venda a um preço que é razoável em relação ao seu justo valor corrente;
- Espera-se que a venda se qualifique para reconhecimento como venda concluída dentro de um ano a partir da data da classificação.

3.2. Bases de consolidação

O universo empresarial do Grupo é composto pelas subsidiárias descritas na Nota 6.

As associadas são reconhecidas e mensuradas de acordo com os critérios descritos no parágrafo 3.1. (e).

Em obediência ao disposto no artº 6 do Decreto-lei nº 158/2009, de 15 de julho, que aprovou o SNC, a entidade apresenta contas consolidadas do Grupo constituído por ela própria e por todas as Subsidiárias nas quais:

Independentemente da titularidade do capital, se verifique que, em alternativa:

- Pode exercer, ou exerce efetivamente, influência dominante ou controlo;
- Exerce a gestão como se as duas constituíssem uma única entidade;

Sendo titular de capital:

- Tem a maioria dos direitos de voto, exceto quando se demonstrar que esses direitos não conferem o controlo;
- Tem o direito de designar ou de destituir a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade;
- Exerce uma influência dominante sobre uma entidade, por força de um contrato celebrado com esta ou de uma outra cláusula do contrato social desta;
- Detém pelo menos 20 % dos direitos de voto e a maioria dos titulares do órgão de gestão de uma entidade com poderes para gerir as políticas financeiras e operacionais dessa entidade, que tenham estado em funções durante o exercício a que se reportam as demonstrações financeiras consolidadas, bem como, no exercício precedente e até ao momento em que estas sejam elaboradas, tenham sido exclusivamente designados como consequência do exercício dos seus direitos de voto;
- Dispõe, por si só ou por força de um acordo com outros titulares do capital desta entidade, da maioria dos direitos de voto dos titulares do capital da mesma.

A existência e o efeito dos direitos de voto potenciais que sejam corren-

temente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se existe ou não controlo.

As subsidiárias são consolidadas pelo método da consolidação integral desde a data de aquisição sendo esta a data na qual o Grupo obtém controlo, e continuam a ser consolidadas até à data em que o controlo deixa de existir.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são preparadas a partir da mesma data de relato que a casa-mãe, usando políticas contabilísticas consistentes.

Todos os saldos e os ganhos e perdas ainda não realizados resultantes de transações intragrupo são eliminados por inteiro.

Os interesses minoritários são apresentados separadamente.

É utilizado o método de compra para contabilizar a aquisição das subsidiárias. O custo de uma aquisição é mensurado pelo justo valor dos bens entregues, dos instrumentos de capital emitidos e dos passivos incorridos, ou assumidos na data de aquisição, adicionados dos gastos diretamente atribuíveis à aquisição.

O excesso do custo de aquisição relativamente à parcela do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis e passivos contingentes adquiridos é reconhecido como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior àquele justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados no exercício em que é apurada, depois de reavaliar o processo de identificação e mensuração do justo valor dos ativos líquidos e passivos contingentes.

No processo de consolidação, as transações, saldos e ganhos não realizados em transações intragrupo e dividendos distribuídos entre empresas do grupo são eliminados. As perdas não realizadas são também eliminadas, exceto se a transação revelar evidência da existência de imparidade nos ativos transferidos e ainda não alienados.

As políticas contabilísticas utilizadas pelas subsidiárias na preparação das suas demonstrações financeiras individuais são alteradas, sempre que necessário, de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Às diferenças temporárias que surgem da eliminação dos resultados provenientes de transações intragrupo é aplicado o disposto na NCRF 25 — Impostos sobre o rendimento.

O capital próprio e o resultado líquido das subsidiárias que são detidos por terceiros alheios ao Grupo, são apresentados nas rubricas de “interesses minoritários” no balanço consolidado (de forma autónoma dentro do capital próprio) e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente. Na data de cada concentração das atividades empresariais, os valores atribuíveis aos minoritários são determinados aplicando a percentagem de interesse detida por eles ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis e passivos contingentes adquiridos.



Quando os prejuízos atribuíveis aos acionistas minoritários excedem o seu interesse no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, exceto quando os minoritários têm a obrigação e são capazes de cobrir esses prejuízos. Se e quando a subsidiária reporta lucros, o Grupo apropria todos os lucros, até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Uma entidade estando sujeita ao SNC é obrigada a preparar demonstrações financeiras consolidadas em Euro independentemente de a moeda funcional de algumas empresas do grupo não ser o Euro.

Não houve alterações na moeda funcional nem em relação à casa-mãe nem em relação a cada uma das unidades operacionais estrangeiras significativas.

3.3. Principais julgamentos e estimativas utilizados na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o SNC, o Conselho de Administração do Grupo utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos gastos e rendimentos que venham realmente a ocorrer. Nestas circunstâncias, é de realçar o seguinte:

(a) Reconhecimento de receitas de licenciamento a terceiros

Os contratos de licenciamento celebrados são complexos, envolvem “múltiplos elementos” e incluem geralmente:

- Recebimentos iniciais não reembolsáveis;
- Recebimentos adicionais condicionadas à ocorrência de eventos com alguma incerteza (“milestones”);
- Royalties;
- Determinação do preço do futuro fornecimento de matéria prima ou produto acabado.

Para que a receita de licenciamento seja inteiramente reconhecida no momento do recebimento é necessário avaliar se o bem entregue tem um valor intrínseco “stand-alone value” para a contraparte. Esta avaliação requer um julgamento extensivo, endereçando questões como, por exemplo, saber se tem a contraparte a experiência e competências necessárias para desenvolver o produto com vista à futura comercialização, sem os serviços

de BIAL e/ou se há outros fornecedores de I&D que possam fornecer esses serviços adicionais de desenvolvimento.

Para que um determinado evento seja considerado de “milestone” é necessário que tenha alguma incerteza associada à sua ocorrência e que esteja dependente do desempenho da entidade ou de um determinado resultado originado pelo desempenho da entidade, para além de ter de originar o direito a receber pagamentos adicionais. Estes pagamentos devem cumprir os seguintes critérios:

- São compagináveis com o desempenho da entidade para atingir o milestone ou o valor acrescentado ao item entregue como consequência do facto do milestone ter sido atingido;
- São relacionados unicamente com eventos passados; e
- São razoáveis quando comparados com todos os pagamentos e todas as restantes entregas previstas no acordo.

Torna-se, por isso, necessário realizar uma análise detalhada de cada um dos “múltiplos elementos” previstos nos contratos e do contrato como um todo para determinar qual a alocação de receita a cada um dos “elementos” identificados.

(b) Projetos de desenvolvimento

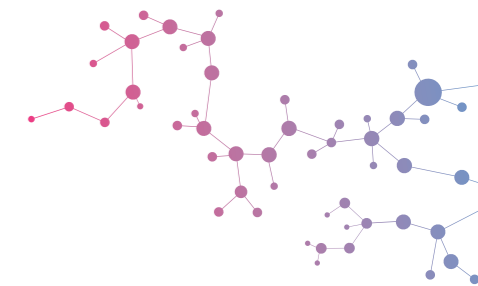
Os gastos de desenvolvimento são capitalizados de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.1-d. A capitalização inicial do custo baseia-se no julgamento do Conselho de Administração de que se confirma a exequibilidade técnica e económica normalmente quando um projeto de desenvolvimento de um produto alcançou um marco de acordo com o modelo de projeto estabelecido pelo Conselho de Administração (geralmente a entrada na Fase III). Na determinação das quantias a serem capitalizadas, o Conselho de Administração faz suposições acerca dos esperados fluxos de caixa que serão gerados no futuro pelo projeto, taxas de desconto a serem aplicadas e período esperado de benefícios.

O Zebinix – primeiro medicamento (antiepilético) de investigação própria lançado no mercado por uma empresa portuguesa - obteve a autorização das autoridades europeias, em fevereiro de 2009, ratificada pela Comissão Europeia em abril de 2009, e começou a ser comercializado em setembro de 2009 (em Portugal em abril de 2010), estando atualmente a ser comercializado na Europa.

Nos EUA, obteve-se a atribuição da autorização por parte da FDA para o Aptiom (marca do medicamento antiepilético no mercado americano) em novembro de 2013, tendo-se iniciado a comercialização nos EUA em abril de 2014.

A aprovação inicial obtida na Europa destina-se ao uso de Zebinix em doentes refratários, como adjuvante, ou seja, o Zebinix é prescrito a doentes que utilizam um outro medicamento de combate à epilepsia e, posteriormente, foi aprovado o uso em “monoterapia” em consequência da





aprovação obtida em 2017. Também é usado em pediatria desde 2017. A aprovação inicial obtida nos EUA para o Aptiom abrange o uso em doentes refratários, como adjuvante e, posteriormente, o uso em “monoterapia”, em consequência da aprovação obtida em 2015.

O novo medicamento para a doença de Parkinson (opicapone) encontra-se licenciado para o Japão desde 2012, tendo sido licenciado para os EUA em 2017.

O início da comercialização na Europa ocorreu em 2016. Em 2020 iniciou-se a comercialização nos EUA, Japão, Coreia do Sul, Taiwan e Suíça.

Em 2020 foi adquirido um conjunto de ativos intangíveis relativos a projetos de investigação na área da doença de Parkinson (BIA 28), incluindo direitos de propriedade intelectual sobre os mesmos.

Nos últimos anos foi dada sequência às atividades de I&D do BIA 28, sendo neste momento o projeto com maior alocação de capital.

Fruto da estratégia de se tornar um parceiro europeu na área das neurociências, em 2021 a BIAL assinou um acordo de licenciamento exclusivo com a farmacêutica norte-americana Sunovion Pharmaceuticals Inc. (Sunovion), uma subsidiária da Sumitomo Dainippon Pharma Co., Ltd., para a comercialização do filme sublingual de apomorfina na União Europeia, Espaço Económico Europeu e no Reino Unido.

A apomorfina sublingual é uma nova formulação da apomorfina em filme que se dissolve debaixo da língua para o tratamento agudo e intermitente dos períodos OFF da doença de Parkinson.

Nos termos do acordo estabelecido, a BIAL é responsável pelo processo de aprovação e submissão regulamentar, incluindo as interações com a Agência Europeia de Medicamentos. A BIAL perspectiva iniciar a sua comercialização em 2023.

Como parte do acordo, a Sunovion recebeu um pagamento inicial pela concessão da licença, decorrendo futuros pagamentos na sequência do processo de aprovação e comercialização deste medicamento, associado a volumes de vendas.

(c) Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que o Grupo opera. Ver ponto 3.1 a) relativamente à alteração das vidas úteis de imobilizado.

No caso particular dos projetos de desenvolvimento, o período de vida útil atribuído excede o prazo de proteção das patentes, tendo sido relevante a informação histórica existente na indústria sobre medicamentos similares e o grau de penetração dos genéricos para aferir a vida útil estimada.

O Conselho de Administração entende que o período de vida útil de 20 anos atribuído ao Aptiom/Zebinix e o Ongentys corresponde a uma estimativa prudente, no sentido em que se prevê que a sua comercialização continue na década de 30.

De acordo com as alterações ao normativo contabilístico (ver nota 2), a Empresa passou a amortizar o *goodwill* a partir de 2016 por um período de 10 anos.

(d) Impostos diferidos ativos

São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis e créditos fiscais na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Tendo em conta os benefícios fiscais à Investigação e Desenvolvimento, torna-se necessário julgamento por parte do Conselho de Administração para determinar a quantia de impostos diferidos ativos que podem ser reconhecidos, tendo em conta:

- A data e quantia prováveis de lucros futuros tributáveis, e
- As estratégias de otimização fiscal futuras.

A recuperação dos impostos diferidos tem como pressuposto subjacente, a previsão de vendas de Aptiom/Zebinix, a obtenção de novas receitas previstas no contrato de licenciamento do novo medicamento para a doença de Parkinson para os EUA, Japão e resto do mundo, a previsão de vendas/milestones do BIA 28 bem como a revisão da relação entre empresas do Grupo e repartição de gastos e rendimentos.

(e) Imparidade de ativos não financeiros

A imparidade ocorre quando o valor contabilístico de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede a sua quantia recuperável a qual é a mais alta entre o justo valor menos o custo de venda e o seu valor de uso.

O cálculo do justo valor menos o custo de vender é baseado na informação que existe de contratos já firmados em transações de ativos similares, com entidades nas quais não existe relacionamento entre elas, ou preços observáveis no mercado menos custos incrementais para vender o ativo.

O valor em uso é calculado com base num modelo de fluxos de caixa descontados que têm em conta um orçamento que não inclui atividades de reestruturação, relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da unidade geradora de caixa que está a ser testada.



No que diz respeito aos ativos intangíveis (projetos de desenvolvimento), as variáveis mais sensíveis no teste de imparidade são:

- Período de proteção da patente;
- Receitas de licenciamento estimadas;
- Quota de mercado em cada país;
- Preços aprovados em cada país.

(f) Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco tal como referido no parágrafo 3.1.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

(g) Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores estão muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo do Grupo, pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4. Fluxos de Caixa

O saldo de Caixa e seus equivalentes, constante da demonstração de fluxos de caixa é assim decomposto:

Descrição	2022	2021
Numerário	73.966	102.794
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	49.278.921	20.238.500
Depósitos a prazo	5.968.330	912.162
Disponibilidades constantes do balanço	55.321.217	21.253.456
Depósitos à ordem - descobertos bancários	0	-6.336.971
Caixa e seus equivalentes	55.321.217	14.916.485

O Grupo possui negociados e não utilizados com diversas instituições financeiras descobertos bancários e contas caucionadas no montante de € 25,5 M, estando o montante totalmente disponível para utilização.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se regista qualquer alteração em estimativas contabilísticas, com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em futuros períodos.

Não se regista qualquer erro material de períodos anteriores.

6. Empresas incluídas na consolidação

As demonstrações financeiras compreendem as seguintes empresas, todas elas detidas diretamente ou indiretamente por BIAL-Holding, S.A..

Empresa:	Sede:	Cap. Social	% detida pelo Grupo
BIAL - Portela & C ^a , S.A.	Trofa	EUR 50 000 000	100%
MediBIAL, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
BIALport, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
InterBIAL, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
BIAL OTC, S.A.	Trofa	EUR 50 000	100%
Novipharma, S.A.	Nyon	CHF 111 100	90%
Laboratorios BIAL, S.A.	Madrid	EUR 60 200	99.94%
Medimport, Lda	Maputo	MZM 7 000 000	100%
BIAL Angola, S.A.	Luanda	USD 20 000	100%
BIAL América Latina, S.A.	Panamá	USD 10 000	100%
BIAL Pharma UK Limited	Windsor	GBP 100 000	100%
BIAL Deutschland GmbH	Mörfelden-Walldorf	EUR 25 000	100%
BIAL Italia S.R.L	Milão	EUR 25 000	100%
BIAL, S.A.	Nyon	CHF 100 000	100%
BIAL - R&D INVESTMENTS, S.A.	Trofa	EUR 8 000 000	100%
BIAL - BIOTECH INVESTMENTS INC	Cambridge (USA)	USD 2 000 000	100%

7. Empresas excluídas de consolidação integral

Todas as empresas do Grupo foram incluídas na consolidação integral.

8. Goodwill

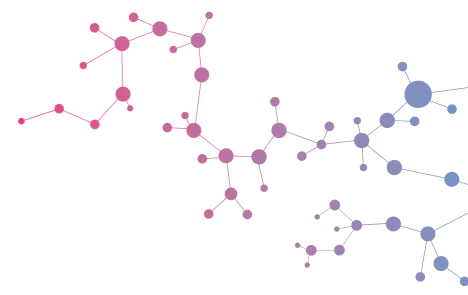
O goodwill diz respeito às seguintes participações:

	ANO DE AQUISIÇÃO	2022	2021
BIAL - Portela & C ^a , S.A.	2001-2003	5 094 412	6 792 549

O goodwill de BIAL – Portela & C^a, S.A. é amortizado em dez anos, a partir de 2016.

9. Alteração das empresas incluídas na consolidação

Nenhuma alteração no exercício de 2022.



10. Imposto sobre lucros

Impostos diferidos	Base	Ativos	Passivos	Efeito Líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021				
Reavaliação livre de terrenos - Portugal	-6 566 540	0	1 477 472	-1 477 472
Ajustamentos e provisões – Portugal (b)	15 926 880	3 583 547	0	3 583 547
Diferenças temporárias – Espanha	377 471	970 991	876 624	94 368
Diferenças temporárias – Itália	386 665	107 879		107 879
Diferenças temporárias – Suíça	339 644	46 871		46 871
Diferenças temporárias – Itália/Espanha/Suíça (c)	21 687 500	4 879 688	0	4 879 688
Créditos fiscais - Itália	5 878 408	1410818	0	1410818
Diferenças temporárias – Medimport	330 192	119 780	65	119 715
Diferenças temporárias – Bial UK	-4 739	0	900	-900
Instrumentos financeiros - Portugal	235 817	53 059	0	53 059
Créditos fiscais – Espanha	1 756 327	439 082		439 082
Créditos fiscais – Portugal (a)		55 675 460	0	55 675 460
		67 287 174	2 355 061	64 932 113
Movimento do ano, líquido				
Impacto na DR				
Ajustamentos e provisões – Portugal (b)	-1 392 284	-313 264		-313 264
Diferenças temporárias – Espanha	-10 424	-2 606	0	-2 606
Diferenças temporárias – Itália	115 489	27 717		27 717
Diferenças temporárias – Suíça	169 882	23 444		23 444
Diferenças temporárias – Itália/Espanha/Suíça (c)	-1 315 000	-295 875		-295 875
Diferenças temporárias – Medimport	-317 748	-115 203		-115 203
Diferenças temporárias – Bial UK	-205		-39	39
Créditos fiscais – Espanha	2 056 651	-9 878	-524 040	514 163
Créditos fiscais – Portugal (a)	2 172 481	2 172 481		2 172 481
Subtotal (1)		1 486 817	-524 079	2 010 897
Sem impacto na DR				
Créditos fiscais – Espanha		-284 640		
Diferenças temporárias – Medimport	294 331	94 186	89 773	
Instrumentos financeiros - Portugal	-637 288	-53 059	90 331	-143 390
Créditos fiscais – Portugal (a)	-11 683	-11 683		-11 683
Subtotal (2)		-255 196	180 104	-155 073
Total (1)+(2)		1 231 622	-343 975	1 855 824
Saldo em 31 de Dezembro de 2022				
Reavaliação livre de terrenos - Portugal	-6 566 540	0	1 477 472	-1 477 472
Ajustamentos e provisões – Portugal (b)	14 534 596	3 270 282	0	3 270 282
Diferenças temporárias – Espanha		968 385	352 583	615 802
Diferenças temporárias – Itália	502 154	135 597		135 597
Diferenças temporárias – Suíça	509 527	70 315		70 315
Diferenças temporárias – Itália/Espanha (c)	20 372 500	4 583 813	0	4 583 813
Créditos fiscais - Itália	5 878 408	1 410 818	0	1 410 818
Diferenças temporárias – Medimport	330 192	98 763	89 838	8 925
Diferenças temporárias – Bial UK	-4 944		861	-861
Instrumentos financeiros - Portugal	235 612	0	90 331	-90 331
Créditos fiscais – Espanha	3 812 978	144 564	0	144 564
Créditos fiscais – Portugal (a)		57 836 258	0	57 836 258
		68 518 795	2 011 086	66 507 709

- a) Acresceu-se o crédito fiscal de I&D (SIFIDE) de 2022 e atualizou-se o montante que é expectável recuperar. Bem como reconhecido o IDA relativo ao prejuízo fiscal de Bial R&D.
- b) Inclui imparidade constituída para o projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática, respetivamente neuralgia pós-herpética e diabética e para o projeto de desenvolvimento do BIA12 (nota 12).
- c) Consiste nos impostos diferidos gerados pelo licenciamento de Bial-Portela do medicamento Ongentys para as filiais espanhola, italiana e suíça.

Reconciliação do imposto do exercício e do imposto corrente	Montante
Imposto corrente:	
Resultado antes de impostos	11 065 825
Diferenças permanentes	-1 302 894
Diferenças temporárias	1 435 290
Resultado tributável	11 198 221
Taxa de imposto (Sede)	21%
Outras diferentes bases	10%-32%
	Coleta
	5 687 943
Tributações autónomas e derrama	504 000
	(I) Imposto corrente
	6 191 943
Imposto diferido:	
Movimento no período	-2 010 897
	(II) Imposto diferido
	-2 010 897
	Imposto sobre rendimento do exercício (I) + (II)
	4 181 047

São reconhecidos impostos diferidos ativos sempre que existe razoável segurança de que são gerados lucros futuros contra os quais os ativos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Seguidamente, apresentamos o detalhe dos créditos fiscais de Portugal (em milhares de euros) e o respetivo prazo de expiração:

DESCRIÇÃO	ANO	MONTANTE	PRAZO EXPIRAÇÃO
SIFIDE	2014	7 729	2026
SIFIDE	2015	8 558	2027
SIFIDE	2016	7 958	2028
SIFIDE	2017	7 362	2029
SIFIDE	2018	9 485	2030
SIFIDE	2019	6 853	2031
SIFIDE	2020	5 441	2032
SIFIDE (*)	2021	6 564	2033
SIFIDE (*)	2022	6 712	2034
TOTAL		66 662	

*SIFIDE estimado.

Em dezembro de 2022, existem créditos fiscais (SIFIDE) disponíveis, no montante de € 66,7 M, a que correspondem impostos diferidos ativos potenciais no mesmo montante. No entanto, apenas foram reconhecidos impostos diferidos ativos no valor de € 49,6 M, tendo em conta as projeções de lucros fiscais futuros até ao prazo de expiração dos créditos fiscais (cenário conservador).

O Orçamento de Estado de 2023 veio alterar o prazo de reporte dos créditos fiscais (SIFIDE) para 12 anos.

De acordo com a legislação em vigor, em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, seis anos em caso de prejuízo fiscal e utilização de créditos fiscais (cinco anos a partir de 2002; dez anos para a Segurança Social).

Deste modo, as declarações fiscais da empresa, dos anos de 2019 a 2022, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora a empresa considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

11. Clientes

	2022	2021
Portugal:		
Clientes armazenistas	1.553.511	5.807.384
Clientes laboratórios	4.105.520	3.775.231
Clientes estrangeiros	17.055.558	18.587.913
Outros	172.392	282.319
	22.886.980	28.452.847
Clientes de Espanha	7.124.807	8.025.626
Clientes de Angola	1.781.523	611.984
Clientes de Moçambique	1.844.287	2.011.429
Clientes de Itália	2.109.884	2.526.694
Clientes da Suíça	329.543	255.080
Clientes Novipharma	1.092.764	10.115.176
Total sem imparidade	37.169.789	51.998.836

Está constituída uma imparidade de € 1 080 731 (€ 639 810 de Portugal, € 336 663 de Angola e € 104 258 de Moçambique) relativamente a clientes (2021: € 951 524) – Nota 19.

No final de 2022 foi celebrado um contrato de factoring grupado, sem recurso, tendo sido adiantados € 11,3 M.



12. Investimentos

O movimento ocorrido nas rubricas de investimentos e respectivas amortizações e ajustamentos é demonstrado no quadro seguinte.

(a) Ativo bruto

RÚBRICAS	2022			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	12.406.207	0	0	12.406.207
Edifícios e outras construções	24.434.574	29.270	10.380.900	34.844.744
Equipamento básico	34.048.377	745.500	7.671.850	42.465.727
Equipamento de transporte	873.744	268.117	0	1.141.861
Equipamento administrativo	11.530.370	769.275	917.341	13.216.986
Outros ativos fixos tangíveis	1.713.782	17.084	-16.906	1.713.960
Imobilizações em curso	9.462.063	14.088.582	-16.006.607	7.544.039
Adiantamentos a fornecedores de investimento	2.440.887	4.482.373	-3.873.701	3.049.558
	96.910.004	20.400.201	-927.123	116.383.083
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	349.278.618	611.453	0	349.890.071
Propriedade industrial	48.140.742	632.780	-1.123.580	47.649.942
Outros ativos intangíveis	753.416	247.468	0	1.000.883
Ativos intangíveis em curso	8.310.372	1.145.350	-13.852	9.441.871
<i>Goodwill</i>	16.981.372	0	0	16.981.372
	423.464.519	2.637.051	-1.137.431	424.964.138
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em outras empresas	114.820	0	0	114.820
Outras aplicações financeiras	581.473	120.362	0	701.835
	696.293	120.362	0	816.655
TOTAIS	521.070.816	23.157.614	-2.064.554	542.163.876

De salientar o forte investimento na ampliação das estruturas de produção e armazenagem, bem como a nova fábrica de antibióticos, edifício social e administrativo, sendo que maioritariamente a sua conclusão aconteceu em 2022, evidenciado pelo montante significativo de transferências de imobilizado em curso.

Os aumentos no ativo intangível incluem, essencialmente, investimento de cerca de € 748 839 no medicamento para a doença de Parkinson (Ongentys), de € 800 000 relativos ao acordo de licenciamento da apomorfina.

Relativamente aos abates destaca-se a venda dos ativos tangíveis da Bial Biotech e a venda das licenças do Epsicaprom, Natifar e Natimed.

O aumento em “Outras Aplicações Financeiras” refere-se a verbas despendidas para o Fundo de Compensação do Trabalho.

RÚBRICAS	2021			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	12.406.207	0	0	12.406.207
Edifícios e outras construções	25.072.081	98.663	-736.170	24.434.574
Equipamento básico	32.535.544	1.644.244	-131.410	34.048.377
Equipamento de transporte	899.945	237.016	-263.217	873.744
Equipamento administrativo	11.021.191	523.267	-14.089	11.530.370
Outros ativos fixos tangíveis	1.677.664	36.424	-307	1.713.782
Ativos tangíveis em curso	900.632	8.765.109	-203.678	9.462.063
Adiantamentos a fornecedores de investimento	74.650	2.569.986	-203.749	2.440.887
	84.587.914	13.874.710	-1.552.620	96.910.004
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	346.645.945	2.632.673	0	349.278.618
Propriedade industrial	47.099.897	1.498.434	-457.590	48.140.742
Outros ativos intangíveis	665.922	87.494	0	753.416
Ativos intangíveis em curso	5.582.804	2.727.568	0	8.310.372
<i>Goodwill</i>	16.981.372	0	0	16.981.372
	416.975.940	6.946.168	-457.590	423.464.519
INVESTIMENTOS FINANCEIROS				
Partes de capital em outras empresas	114.820			114.820
Outras aplicações financeiras	373.031	93.262		466.293
	487.851	93.262		581.113
TOTAIS	487.710.604	15.539.617	-1.105.252	502.144.968

(b) Depreciações

RÚBRICAS	2022			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0
Edifícios e outras construções	17.158.350	585.783	-1.636	17.742.496
Equipamento básico	24.295.553	815.016	-55.555	25.055.014
Equipamento de transporte	594.170	166.758	0	760.928
Equipamento administrativo	10.429.554	313.621	-29.805	10.713.370
Outros ativos fixos tangíveis	1.508.275	18.768	-11.547	1.515.496
	53.985.901	1.899.946	-98.544	55.787.303
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	162.172.019	21.066.971	0	183.238.990
Propriedade industrial	39.573.932	1.852.456	-10.912	41.415.476
Outros ativos intangíveis	676.768	46.471	0	723.239
Goodwill	10.188.823	1.698.137	0	11.886.960
	212.611.542	24.664.035	-10.912	237.264.665
TOTAIS	266.597.443	26.563.981	-109.455	293.051.968

De realçar a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Zebinix para as áreas terapêutica antiepilética adjuvante, "monoterapia" e pediatria (€ 5 379 359, € 7 329 004 e € 2 146 263, respetivamente), cuja comercialização se iniciou em 2009, 2015 e 2017, respetivamente. Salientamos ainda a amortização no ano do projeto de desenvolvimento do medicamento Ongentys para a doença de Parkinson (€ 3 893 148), cuja comercialização se iniciou em 2016.

RÚBRICAS	2021			
	SALDO INICIAL	AUMENTOS	TRANSF. E ABATES	SALDO FINAL
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS				
Terrenos e recursos naturais	0			0
Edifícios e outras construções	16.194.885	1.034.564	-71.100	17.158.350
Equipamento básico	22.305.230	2.253.025	-262.703	24.295.553
Equipamento de transporte	619.494	237.893	-263.217	594.170
Equipamento administrativo	9.574.763	868.942	-14.151	10.429.554
Outros ativos fixos tangíveis	1.432.546	76.035	-307	1.508.275
	50.126.918	4.470.460	-611.477	53.985.901
ATIVOS INTANGÍVEIS				
Projetos de desenvolvimento	141.162.954	21.009.065	0	162.172.019
Propriedade industrial	34.363.383	5.369.869	-159.320	39.573.932
Outros ativos intangíveis	613.079	63.689	0	676.768
Goodwill	8.490.686	1.698.137		10.188.823
	184.630.102	28.140.760	-159.320	212.611.542
TOTAIS	234.757.020	32.611.220	-770.797	266.597.443

(c) Imparidade

DESCRIÇÃO	IMPARIDADES	AUMENTO	REVERSÃO	TOTAL
Projetos de desenvolvimento	15.926.877	0	2.275.268	13.651.609
Propriedade industrial	1.054.349	882.983	518.787	1.418.545
Em curso	0	548.516	0	548.516
TOTAL	16.981.226	1.431.499	2.794.055	15.618.670

Encontra-se registadas perdas por imparidade de € 6 961 313 e € 6 690 297, relativas, respetivamente, ao projeto de desenvolvimento do BIA2 na área da dor neuropática neuralgia diabética e da dor neuropática neuralgia pós-herpética, que correspondem ao total do custo do investimento líquido de amortização.

No decurso do ano de 2021, a Bial decidiu descontinuar o projeto de investigação BIA5, por razões de natureza científica e de mercado, agravadas pelo contexto de pandemia vivido nos últimos dois anos. Assim foi registada uma perda por imparidade de € 1 031 328, relativa às patentes associadas a este projeto de desenvolvimento, que em 2022 foi atualizada para € 528 639.

Em 2022, a Bial decidiu descontinuar os projetos de investigação BIA12, BIA19 e BIA25, pelo que foi registada uma perda por imparidade de € 1.431.499.



A imparidade dos ativos intangíveis é testada anualmente.

Dado que estes ativos não geram só por si fluxos de caixa, são imputados às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) a que pertencem por forma a determinar o respetivo valor de uso.

O valor de uso do ativo intangível é determinado utilizando projeções de fluxos de caixa, as quais têm em conta as receitas provenientes da comercialização dos medicamentos e as receitas provenientes de “milestones”, deduzidas das despesas de desenvolvimento associadas.

Foram efetuados testes de sensibilidade aos principais pressupostos técnicos e operacionais do modelo, o que permite concluir a recuperabilidade do ativo.

O cálculo do valor descontado (método dos “Discounted Cash-Flows”) é especialmente sensível às seguintes variáveis:

- Quota de mercado durante o período orçamental;
- Margem bruta;
- Taxa de crescimento;
- Período de vida útil;
- Taxas de desconto (tendo em conta nomeadamente que ativos intangíveis têm um risco associado superior). De referir que o aumento das taxas de juro impactou negativamente a taxa de desconto e que, ainda assim, existe uma margem de segurança significativa pelos testes de imparidade efetuados aos custos capitalizados do BIA 2 e BIA 9.

O valor de uso dos ativos tangíveis é determinado, quando existem indícios de imparidade, utilizando projeções de fluxos de caixa de orçamentos para cinco anos aprovados pela administração e não têm em conta eventuais atividades de reestruturação relativamente às quais ainda não haja qualquer compromisso nem investimentos futuros significativos destinados a melhorar os benefícios económicos futuros que advirão da ugc que está a ser testada.

Os resultados do teste indicam que o valor recuperável dos ativos é bastante superior ao valor contabilístico.

A forma de agregar ativos para identificar as unidades geradoras de caixa não se alterou desde o último exercício.

Parte dos ativos intangíveis foram adquiridos beneficiando de subsídios do Governo.

(d) Outros ativos financeiros – ativo corrente

O montante em “Outros ativos financeiros” refere-se ao justo valor do SWAP taxa fixa, instrumento de cobertura.

13. Ativos em poder de terceiros

O valor do stock em poder de terceiros, a 2022.12.31, ascende a € 24 453 497, (€ 21 170 531 de Portugal e € 3 282 966 da Suíça - Noviphar-

ma), constituído, essencialmente, por matéria-prima para a produção de Zebinix/Aptiom e ONgentys, por parte das empresas subcontratadas para o efeito.

14. Outras créditos a receber e outras dívidas a pagar

(a) Ativos

	2022	2021
Outros créditos a receber	27.233.758	25.456.686
Longo prazo	27.233.758	25.456.686
Neurocrine	0	1.546.272
Adiantamentos a fornecedores	3.352.852	7.822.979
Depósito caucional – BIAL Itália	2.531.182	2.600.923
Outros	6.560.204	3.173.347
Curto prazo sem imparidade	12.444.239	15.143.521

Está constituída uma imparidade de € 34 108 (2021: € 34 108).

Com vista a assegurar o plano de expansão comercial de Ongentys, a Novipharma celebrou um contrato para garantia de produção da matéria-prima, alinhada com o crescimento previsto no plano estratégico. Este acordo justifica o montante registado em outros créditos a receber, sendo € 27,2 M classificado como “Longo Prazo” (valor proporcional ao fornecimento de matéria-prima após 2023) e € 4 M classificado como “Curto Prazo”.

O depósito caucional – Bial Itália diz respeito ao valor cativo para eventuais incumprimentos no âmbito de concursos hospitalares.

(b) Passivos

Inclui, no médio e longo prazo, € 6 679 948 de impostos diferidos passivos sobre subsídios, em conformidade com FAQ emitida pela CNC.

15. Estado e Outros Entes Públicos

	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IRC	356.657	-1.981.747	5 803 342	-2 267 621
IRS	0	-936.965	31 931	-1 260 591
IVA	4.470.921	-1.299.725	5 152 581	-921 015
Segurança Social	0	-1.104.821	-21 635	-1 326 544
Infarmed	0	0	0	-27 386
Outros impostos	11.921	-63.796	0	-21 148
TOTAL	4.839.498	-5.387.055	10 966 219	-5 824 305

Não há dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

16. Diferimentos e acréscimos

(a) Ativos

	2022	2021
Devedores por acréscimos de rendimentos	7.555.806	6.130.859
Gastos a reconhecer	2.068.330	3.485.934

O saldo de outros ativos inclui verbas a receber do Portugal 2020 relativas a participações financeiras em projetos de investigação e desenvolvimento de € 4 151 977 (2021: 4 185 953), bem como o acréscimo de rendimentos de fees de 2022 a serem faturados em 2023.

(b) Passivos

A rubrica “Outros passivos” pode ser detalhada no quadro seguinte:

	2022	2021
Remunerações a liquidar	7.832.342	7.142.240
Juros a liquidar	701.587	494.359
Outros	13.896.626	9.549.834
TOTAL	22.430.556	17.186.433

O saldo de outros acréscimos de gastos corresponde essencialmente a:

- Documentos datados de 2023, mas relativos a gastos ocorridos em 2022;
- Montantes relativos a sick funds* no mercado alemão, cerca de € 2,7 M.

Rendimentos a reconhecer

Encontram-se registados € 344 870 (2021: € 4 224 972), na rubrica de rendimentos a reconhecer, referentes ao Portugal 2020, bem como € 1 400 000 relativos a rendimentos de 2023 faturados em 2022.

17. Financiamentos obtidos

	Médio Longo Prazo 2022	Curto Prazo 2022	TOTAL 2022	TOTAL 2021
Descoberto bancário	0	0	0	6.336.971
Financiamentos bancários	49.084.000	35.907.970	84.991.970	100.871.971
Empréstimo obrigacionista	30.000.000	52.500.000	82.500.000	63.500.000
Subsídios reembolsáveis	7.581.753	437.076	8.018.829	3.953.996
TOTAL	86.665.753	88.845.045	175.510.799	174.662.938

A empresa possui, negociados com diversas instituições financeiras, descobertos bancários e contas caucionadas no montante de € 25,5 M, estando o montante totalmente disponível para utilização.

No final do ano de 2022 foram ainda contratados financiamentos

- € 60 M à C2 Capital Partners – SCR, S.A. sob a forma de obrigações, estando prevista a sua emissão até ao final do primeiro semestre de 2023;
- € 15 M de programa de papel comercial;
- € 20 M de programa de papel comercial grupado.

As principais garantias e condições dos contratos com os Bancos são as seguintes:

Garantias:

- Não há qualquer garantia dada por BIAL, exceto as mencionadas na nota 34.

Outras condições:

- Ownership, Pari Passu, Cross-Default e Negative pledge;
- Constituem condições de denúncia de contratos de financiamento o incumprimento das condições contratualmente definidas banco a banco.

Relativamente aos empréstimos obrigacionistas, a decomposição é a seguinte:

- €52 500 000 relativo às obrigações emitidas em 2018 (€60 000 000) deduzido das obrigações detidas por Bial (€7 500 000), com maturidade em outubro 2023. A cotação da Euronext Access no final do ano de € 101,50, encontrando-se acima do par (€ 100).
- €30 000 000 (Explorer), com maturidade em 2024.

18. Fornecedores de investimentos

Fornecedores correntes – corresponde, maioritariamente, a fornecedores de matérias-primas e prestadores de serviços de I&D.

19. Provisões e Imparidades

	Saldo inicial	Aumento	Atualização cambial/ /utilização	Reversão	Saldo final
Provisões devoluções de clientes - Espanha	397.991	52.324			450.315
Provisões devolução de clientes - Portugal	301.854			73.784	228.070
Provisão para compromissos assumidos - BIA 5	1.363.183		1.040.914		322.269
Subtotal	2.063.028	52.324	1.040.914	73.784	1.000.654
Imparidade inventários - Portugal	951.745	7.604		50.728	908.621
Imparidade inventários - Espanha	407.896			279.953	127.943
Subtotal	1.359.641	7.604 0		330.682	1.036.563
Imparidade clientes - Portugal	586.860	89.468		36.518	639.810
Imparidade outros devedores - Portugal	34.108				34.108
Imparidade clientes - Moçambique	77.015	23.803	3.440		104.258
Imparidade clientes - Angola	287.649		49.014		336.663
Subtotal	985.632	113.271	52.454	36.518	1.114.839
Total	4.408.301	173.200	1.093.368	440.984	3.152.056

20. Vendas e serviços prestados

A atividade consolidada do Grupo BIAL foi repartida pelas seguintes áreas geográficas:

MERCADOS:	2022		2021	
	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	VENDAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
Espanha	79.255.813	0	78.007.043	
Portugal	70.602.369	14.152.368	62.527.408	10.405.504
Estados Unidos e Canadá	56.305.884	0	68.049.119	
Japão	15.570.165	1.409	18.668.553	
Alemanha	14.626.715	0	18.885.580	
Externo (Resto do Mundo)	13.636.403	0	13.653.941	-66.666
Itália	12.276.156	0	10.119.073	
França	7.676.133	2.709	6.154.418	2.721
Externo (Resto da Europa)	7.373.513	1.680	4.741.781	
Moçambique	6.926.630	196.702	6.574.519	341.098
Reino Unido	3.126.016	19.946	4.807.809	194.099
Coreia do Sul	2.967.653	607	1.210.130	500.000
Angola	2.916.964	0	4.292.061	
Suíça	1.603.731	0	1.030.432	9.863
TOTAL	294 864 146	14 375 421	298 721 864	11 386 620

As prestações de serviços no mercado interno referem-se, essencialmente, à promoção de medicamentos comercializados por outras empresas.

21. Subsídios à exploração

Inclui a comparticipação para despesas realizadas no âmbito do Portugal 2020 – projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, cujo contrato foi assinado em 2019/12/20.

22. Demonstração do custo das mercadorias e das matérias consumidas

MOVIMENTOS	MAT. PRIMAS, SUBSID. E DE CONSUMO	MERCADORIAS	TOTAL	2021
Existências iniciais	82 845 659	11 813 393	94 659 052	71 710 452
Compras	41 873 504	51 114 614	92 988 118	102 329 698
Regularização existências	-1 462 070	-524 496	-1 986 566	-1 702 526
Existências finais	-88 430 509	-13 860 719	-102 291 228	-94 659 052
Custos no exercício	34 826 584	48 542 792	83 369 375	77 678 571

O valor global de existências em poder de terceiros, à data de 31.12.2022, é de € 24.453.497 (2021: € 31 763 028).

23. Fornecimentos e serviços externos

	2022	2021
Trabalhos especializados (ver nota 31)	47.887.670	52.259.892
Publicidade e propaganda	18.460.873	19.894.001
Honorários	15.267.400	11.538.244
Rendas e alugueres	5.330.126	4.874.701
Outros	3.099.921	4.589.709
Bases de dados	2.641.798	604.289
Deslocações e estadas	2.405.676	2.243.522
Combustíveis	2.245.924	914.046
Subcontratos	1.852.934	2.346.285
Transportes de mercadorias	1.336.362	933.250
Conservação e reparação	1.282.452	1.258.251
Formação médica	1.096.463	1.419.149
Eletricidade	1.022.058	462.512
Comissões	851.012	773.801
Seguros	834.950	802.082
TOTAL	105.615.619	104.913.733

O valor de trabalhos especializados resulta essencialmente das atividades de I&D.

24. Gastos com pessoal

	2022	2021
Remunerações dos órgãos sociais	2.397.008	6.376.838
Remunerações do pessoal	54.047.053	51.862.620
Encargos sociais	11.548.276	11.946.801
Indemnizações	4.402.373	762.252
Outros gastos com pessoal	2.469.800	2.667.878
TOTAL	74.864.511	73.616.390

O número de empregados, a 31.12.2022, das empresas incluídas na consolidação é de 823 (2021: 889), repartidos da seguinte forma:

EMPRESA:	EMPREGADOS
BIAL Holding, SA	3
BIAL - Portela & C ^a , S.A.	419
MediBIAL, S.A.	14
InterBIAL, S.A.	24
BIALport, S.A.	54
BIAL Consumer Health, S.A.	7
BIAL R&D Investments, S.A.	4
Laboratórios BIAL, S.A. (Espanha)	140
BIAL Deutschland GmbH	39
BIAL Pharma UK Limited	20
BIAL Itália, S.R.L	27
Novipharma, S.A. (Suíça)	3
BIAL, S.A. (Suíça)	4
Medimport, Lda (Moçambique)	38
BIAL América Latina, S.A.	3
BIAL Angola, S.A.	14
Bureau représentation Costa do Marfim	8
BIAL - Biotech Investments Inc	2
TOTAL	823

Em 31.12.2022 o valor das dívidas a receber do pessoal é de € 1 028 (2020: € 2 609).

25. Imparidades, reduções de justo valor, provisões e reversões

	2022	2021
Imparidade clientes Portugal	89.468	-453.221
Imparidade inventários Portugal	7.604	-514.253
Imparidade inventários Espanha	0	-179.319
Imparidade clientes Moçambique	23.803	-27.606
Imparidade clientes Angola	0	0
Perdas por imparidade	120.875	-1.174.399
Reversão/(Imparidade) para patentes Portugal	16.099	17.127
Reversão/(Imparidade) ativo intangível (nota 12)	2.275.268	2.275.268
Reversão/(Imparidade) ativo intangível (nota 12)	-1.431.499	0
Imparidade ativo intangível - BIA5 (nota 12)	502.688	-1.031.328
Reversão/(Imparidade) de ativos depreciáveis/amortizáveis	1.362.556	1.261.066
Reversão de imparidade inventários Portugal	50.728	20.743
Reversão da provisão devolução de clientes Portugal	73.784	0
Reversão de imparidade inventários Espanha	279.953	0
Reversão de imparidade de clientes Portugal	36.518	338.361
Reversão de imparidade de outros devedores Portugal	0	4.561.766
Reversões	440.984	4.920.870
Provisão devolução de clientes Portugal	52.324	15.510
Provisão devolução de clientes Espanha	0	41.929
Provisão para compromissos assumidos - BIA 5	0	1.363.183
Provisões	52.324	1.420.622

26. Outros rendimentos

	2022	2021
Diferenças de câmbio favoráveis	4.392.926	5.493.328
Imputação de subsídios para investimentos	3.457.101	3.556.712
Alienações	3.180.706	0
Correções relativas a exerc. Ant.	2.351.021	245.326
Rendimentos suplementares	448.708	912.072
Outros	344.451	623.209
Excesso da estimativa /Recuperação de Impostos	109.880	4.496
Descontos p.p. obtidos	13.288	9.301
Rendimentos e ganhos investimentos não financ.	0	268.590
Total	14.298.082	11.113.034



Os subsídios para investimentos referem-se à comparticipação para despesas realizadas no âmbito de projetos de investigação e desenvolvimento em novos medicamentos, considerando a respetiva imputação proporcional à amortização dos investimentos subsidiados.

Os ganhos cambiais ascenderam a € 4,4 M, estando concentradas em 3 empresas do Grupo - Medimport (€ 0,7 M), Bial Portela (€ 1,1 M) e Novipharma (€ 1,4 M).

Em 2022 foram vendidas as licenças relativas aos produtos Epsicaprom (€1,2M), Natifar e Natimed (€ 2M).

A partir de 2022, considerou-se que os adiantamentos efetuados à Partheon Austria não serão recuperados via cash (serão recuperados com fornecimentos de matéria-prima). Por esse motivo, este item tem uma natureza não-monetária, isto é, deve ser registado ao custo histórico. O efeito na linha de correções de exercícios anteriores deve-se à anulação das atualizações cambiais do ativo.

27. Outros gastos

	2022	2021
Impostos	5.211.265	4.949.484
Diferenças cambiais	3.748.093	3.484.106
Gastos com desenvolvimento de mat. Prima	2.309.045	514.988
Término do contrato de fornecimento API	2.283.458	0
Donativos	2.157.408	2.713.286
Despesas de propriedade industrial	1.865.689	1.652.844
Outros	928.684	432.620
Perdas em inventários	776.669	934.866
Gastos e perdas em investimentos não financ.	485.552	134.634
Descontos de p.p. concedidos	439.571	355.667
Quotizações	252.847	301.408
Correções relativas a exercícios anteriores	191.586	200.463
Gastos BIA 5	170.534	8.224.494
Insuficiência de estimativa para impostos	78.992	86.090
Ofertas e amostras de inventários	72.224	142.870
Multas e penalidades	5.637	9.909
	20.977.255	24.137.729

As "Perdas em inventários" dizem respeito a destruição de produto acabado por prazo de validade (devoluções de clientes) e quebras ocorridas durante o processo produtivo.

No decurso do ano de 2021, a Bial decidiu descontinuar o projeto de investigação BIA5, por razões de natureza científica e de mercado, agravadas pelo contexto de pandemia, tendo sido efetuada provisão sobre compromissos assumidos. As responsabilidades entretanto assumidas foram essencialmente cobertas pela provisão efetuada (ver nota 25).

Com a procura de novas fontes de abastecimento de API e melhores condições negociais foi decidido o término de um contrato de fornecimento de Opicapone.

As perdas cambiais ascenderam a € 3,7 M, estando concentradas em 3 empresas do Grupo - Novipharma (€ 1,0 M), Bial Portela (€ 1,8 M), Medimport (€ 0,1 M) e Bial R&D (€ 0,4 M).

28. Juros e rendimentos/gastos similares

	2022	2021
Juros e gastos similares suportados:		
Juros suportados	3.862.454	3.858.642
Outros custos e perdas financeiros	1.007.582	901.065
	4.870.035	4.759.707
Resultados financeiros	-4.244.663	-4.733.655
Juros e rendimentos similares obtidos:		
Juros obtidos	592.906	26.052
Outros rendimentos similares	32.466	0
	625.372	26.052

Os financiamentos realizados durante ano de 2022 foram contratados a taxas significativamente mais reduzidas das verificadas até então, traduzindo-se em menores custos financeiros.

29. Crédito fiscal à investigação e desenvolvimento

- Crédito fiscal de 2014 de investigação e desenvolvimento	7 728 837
- Crédito fiscal de 2015 de investigação e desenvolvimento	8 557 599
- Crédito fiscal de 2016 de investigação e desenvolvimento	7 957 819
- Crédito fiscal de 2017 de investigação e desenvolvimento	7 361 819
- Crédito fiscal de 2018 de investigação e desenvolvimento	9 484 841
- Crédito fiscal de 2019 de investigação e desenvolvimento	6 853 788
- Crédito fiscal de 2020 de investigação e desenvolvimento	5 441 454
- Crédito fiscal de 2021 de investigação e desenvolvimento	6 563 931
- Crédito fiscal de 2022 de investigação e desenvolvimento	6 712 253
Saldo a Transitar	66 662 341

Adicionalmente, temos um crédito fiscal em Espanha no montante de € 0,1M.

Nota: Os créditos fiscais de 2022 e 2021 estão pendentes de aprovação pela Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial.

30. Investimentos em Investigação e Desenvolvimento

	2022	2021
Projetos de I&D (ativo intangível)	326.098	2.604.055
Ativo tangível	721.750	1.977.457
Gastos com pessoal	17.205.201	16.186.457
Fornecimentos e serviços diretamente relacionados com atividades de I&D	42.774.637	52.492.271
Outros Gastos	170.534	8.255.071
Investimento total	61.198.220	81.515.311

A empresa registou, adicionalmente, os seguintes gastos e rendimentos relativos à atividade de investigação e desenvolvimento:

	2022	2021
Amortizações	21.606.343	22.330.302
Imparidade / (Reversão) – BIA2	0	-2.292.394
Imparidade / (Reversão) – BIA5	0	-4.561.766
Imparidade / (Reversão) – BIA5	-502.688	1.031.328
Imparidade / (Reversão) – BIA 12, BIA19 e BIA 25	1.431.499	0
Provisão para compromissos assumidos - BIA 5	0	1.363.183
Prestação de serviços (milestones)	0	-571.429
Total	22.535.154	17.299.224

31. Locações

(a) Locações financeiras

A empresa possui contratos de locação financeira para ativos do equipamento básico e equipamento de transporte. Estes contratos têm opções de compra. Os ativos locados não podem ser sujeitos a sublocação.

A quantia inicial escriturada dos bens em regime de locação financeira, para cada categoria de ativo, consta da nota 18.

(b) Locações operacionais

Os contratos de locação operacional em que a empresa é locatária referem-se a viaturas colocadas à disposição de Administradores e colaboradores.

Os contratos não contêm cláusulas de opção de compra.

A empresa tem por política proceder à efetiva substituição das viaturas no fim dos contratos que têm uma duração de 4 anos.

Não há restrições impostas por contratos de locação operacional.

32. Risco financeiro

No Grupo BIAL, os principais passivos financeiros são os empréstimos obtidos junto de instituições bancárias e as contas a pagar a fornecedores de matérias primas e aos laboratórios que prestam os serviços de I&D. Os passivos financeiros são incorridos com a finalidade de financiar as operações do Grupo, nomeadamente o seu fundo de maneo e os investimentos de I&D.

Os ativos financeiros decorrem das operações e são constituídos por contas a receber de clientes e outros devedores e caixa e depósitos de curto prazo.

Os riscos financeiros a que o Grupo BIAL está exposto podem resumir-se em (i) risco de mercado essencialmente relacionado com as alterações da taxa de juro e de câmbio, (ii) risco de crédito e (iii) risco de liquidez.

O principal objetivo do Grupo BIAL é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco do justo valor dos cash-flows futuros flutuar em função de alterações de mercado.

Risco de câmbio

O Grupo está de uma forma crescente mais exposto ao risco cambIAL, dado os mercados em que atua. Para mitigar esse risco, foram implementados mecanismos de cobertura natural e fixação camBIAL, tendo sempre em conta as necessidades de divisas do Grupo.

Para além da utilização da cobertura natural em recebimentos/pagamentos, celebraram-se também contratos forward para os valores excedentários, diminuindo assim a exposição a flutuações de câmbio.

Nas contas a receber e nas contas a pagar comerciais, existem saldos expressos em moeda diferente do Euro, tal como a seguir discriminado:

Clientes:

Moeda	Montante
AOA	597.230.712
CHF	1.461.840
MZM	128.141.792

Fornecedores de Investimento:

Moeda	Montante
CHF	30.810
USD	93.057

Fornecedores:

Moeda	Montante
AOA	13.020.214
CHF	10.194.157
GBP	518.529
MZM	5.004.895
SEK	28.725
USD	8.361.803

Outros créditos a receber

Moeda	Montante
CHF	30.810
USD	93.057

Risco de crédito

O risco de crédito no Grupo BIAL é o risco dos seus clientes não cumprirem com as suas obrigações.

O controlo deste risco é exercido com base em informação interna e externa recolhida, na qual se define a aprovação do crédito a conceder. A Direção Financeira efetua o controlo dos plafonds estabelecidos e/ou a estabelecer.

O Grupo não tem concentrações de risco de crédito significativas. Tem políticas que asseguram que as vendas são efetuadas a clientes com um histórico de crédito apropriado.

O Grupo tem políticas que limitam o montante de crédito e efetua contratação de seguro de crédito para os clientes que apresentam risco moderado ou alto.

Apesar de existirem atrasos na liquidação de saldos, tal não significa, com base na informação existente e nos dados históricos de cada cliente, que seja de reconhecer imparidades para além das já registadas. A 31 de dezembro de 2022 não existem indicações de que não serão cumpridos os prazos normais de recebimento relativamente aos valores incluídos em clientes não vencidos e para os quais não existe imparidade registada.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco que uma entidade venha a encontrar dificuldades para satisfazer compromissos associados aos passivos financeiros e compromissos assumidos, e num eventual contexto de crise financeira com restrições maiores ao crédito e tendo em conta a opção estratégica de continuar a executar o plano de I&D ao mesmo ritmo dos últimos anos, BIAL pode ficar exposto a este risco.

Atendendo à atual situação financeira do Grupo e capacidade de geração de Free Cash Flow entende-se que este risco se encontra mitigado.

Outros riscos operacionais

- Risco regulatório

O mercado farmacêutico é regulamentado pelo Infarmed na sua componente técnica e científica, assim como na área de preços e participações pelo SNS.

Nos últimos anos têm sido várias as alterações legislativas, salientando-se a que respeita à prescrição por designação comum internacional (Lei n.º 11/2012, que estabelece novas regras de prescrição e dispensa de medicamentos, procedendo à sexta alteração ao regime jurídico dos medicamentos de uso humano, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/2006, de 30 de Agosto, e à segunda alteração à Lei n.º 14/2000, de 8 de Agosto).

Por outro lado, destaca-se a nova metodologia de determinação de preços de venda ao público, base na definição de países de referência.

No caso do limite de validade dos produtos, estes são definidos de acordo com as características de cada medicamento. As devoluções por prazo expirado são residuais, dada a gestão eficaz do circuito de venda, assim como as quebras por prazo expirado antes de comercialização, face à gestão de stocks eficaz adotada por BIAL.

No caso de sinistros é prática da empresa e das suas participadas a contratação de seguros em todas as áreas e pelos valores considerados suficientes.

33. Qualidade e Ambiente

BIAL - Portela & C^a, S.A. encontra-se certificada pela norma ISO 14001:2015 (Sistema de Gestão Ambiental), tendo definido como objetivos prioritários no Plano Estratégico a três anos, os seguintes:

- Efetuar as alterações adequadas na estrutura corporativa para garantir a otimização do suporte aos desafios de crescimento da organização;
- Consolidar a política de Qualidade, Saúde e Segurança, bem como de Proteção Ambiental em todas as áreas do grupo;
- Fortalecer a gestão por objetivos de forma a envolver todos os colaboradores, com objetivo da maior produtividade e qualidade de produtos e serviços, bem como na satisfação do cliente;
- Produzir com alto padrão de Qualidade, respeitando o Meio Ambiente, a Saúde e a Segurança de todos os funcionários em conformidade com os requisitos aplicáveis, incluindo as GxP.

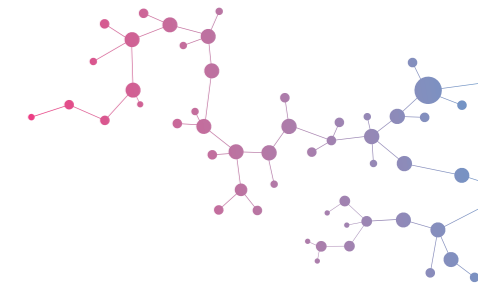
No plano ambiental, BIAL destaca as ações desenvolvidas em matéria de economia circular, por meio da redução de resíduos. Em 2022 reduzimos 59 % do volume de resíduos perigosos face a 2021, resultado da implementação de ações de melhoria contínua dos nossos processos. Consciente da responsabilidade ambiental, BIAL dispõe de vínculo contratual com a Valormed, entidade responsável pela recolha de embalagens vazias e medicamentos fora de uso nas Farmácias. De referir que os custos relativos à gestão ambiental com a Valormed são de € 29.488 (2021: € 29.928). Os custos com tratamento e encaminhamento de resíduos corresponderam a € 26.001 (2021: € 43.564).

Reforçando o compromisso com a sustentabilidade, em 2022, BIAL expandiu a sua Unidade de Produção e Autoconsumo (UPAC). Esta ação permitiu a produção de 678 kWh, o que evitou, a emissão de cerca 320 ton CO₂. Consciente da transição energética em 2022, a energia consumida por BIAL teve origem em fontes renováveis e obteve Certificados de Origem, o que se reflete numa redução de 48 % das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) face a 2020.

A Qualidade é, em BIAL, um objetivo estratégico primordial, tendo sido significativa a sua evolução nos últimos anos. Em termos internacionais, BIAL deverá marcar presença entre as principais empresas e, para atingir esse objetivo, deverá continuar a investir na formação e sensibilização dos seus colaboradores para a Qualidade, Saúde e Segurança no Trabalho e Ambiente.

34. Garantias prestadas

Beneficiário	Tipo de Garantia	Montante
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	6.000.000
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	6.000.000
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	6.000.000
BEI	Financiamento Bancário (BEI)	5.833.333
INNOVAPUGLIA S.P.A.	Fornecimento de Medicamentos	229.944
Regione Lazio e Aziende Sanitarie	Fornecimento de Medicamentos	227.027
SORESA SPA CENTRO DIREZIONALE	Fornecimento de Medicamentos	201.530
S.C.R. PIEMONTE S.P.A	Fornecimento de Medicamentos	167.093
3090008758000 - S.C.R. PIEMONTE SPA	Fornecimento de Medicamentos	167.093
IAPMEI - AGENCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	COMPETE - Projeto 30028	130.402
Regione Siciliana - Uff. Speciale	Fornecimento de Medicamentos	129.893
AGENZIA REGIONALE INTERCENT	Fornecimento de Medicamentos	123.562
S.c.r. - Piemonte S.p.a.	Fornecimento de Medicamentos	121.559
Agenzia Regionale Intercent-ER	Fornecimento de Medicamentos	100.254
ASP DI PALERMO	Fornecimento de Medicamentos	92.594
S.c.r. - Piemonte S.p.a.	Fornecimento de Medicamentos	82.982
AZIENDA ZERO	Fornecimento de Medicamentos	81.497
IAPMEI - AGENCIA COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.	COMPETE - Projeto 30026	75.001
CUC FVG ? SOGGETTO AGGREGATORE	Fornecimento de Medicamentos	73.893
Regione Lazio e le Aziende	Fornecimento de Medicamentos	66.410
Estar-ente Sup.tecn.amn.reg	Fornecimento de Medicamentos	64.426
A.Li.Sa.	Fornecimento de Medicamentos	60.377
A.R.I.C.	Fornecimento de Medicamentos	51.228
Regione Autonoma della Sardegna	Fornecimento de Medicamentos	50.586
INNOVAPUGLIA SPA	Fornecimento de Medicamentos	50.342
REGIONE AUTONOMA DELLA SARDEGNA	Fornecimento de Medicamentos	50.119
Regione Autonoma Della Sardegna	Fornecimento de Medicamentos	48.467
MEDIMOC, S.A.R.L	Fornecimento de Medicamentos	44.186
Regione Lazio E Aziende Sanitarie E	Fornecimento de Medicamentos	42.984
A.R.I.C - Ag. Reg. di Informatica	Fornecimento de Medicamentos	41.506
ARIC VIA NAPOLI 4 64019 TORTORETO	Fornecimento de Medicamentos	39.455
A.U.S.L.UMBRIA 1 Via Guerra 21/17	Fornecimento de Medicamentos	37.256
Regione Autonoma Della Sardegna	Fornecimento de Medicamentos	31.099
Asur Marche In Tutte Le Sue Articol	Fornecimento de Medicamentos	23.687
INNOVAPUGLIA SPA BA	Fornecimento de Medicamentos	20.137
REGIONE SICILIA ASSESSORATO	Fornecimento de Medicamentos	19.660
Azienda Provinciale Per I Servizi	Fornecimento de Medicamentos	16.628
CAMARA MUNICIPAL MAIA	Caução de obras públicas	14.964
ARCS AZ. REG. DI COORDINAMENTO	Fornecimento de Medicamentos	14.779
Agenzia Regionale Intercent-ER	Fornecimento de Medicamentos	12.356



Beneficiário	Tipo de Garantia	Montante
Innovapuglia Spa	Fornecimento de Medicamentos	11.383
Emprofac - Empresa Nacional Produto	Fornecimento de Medicamentos	11.347
Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	Fornecimento de Medicamentos	10.273
ASUR MARCHE	Fornecimento de Medicamentos	9.708
3166626533000 - AZIENDA SANITARIA UNICA REGIONALE MARCHE	Fornecimento de Medicamentos	9.663
ASUR MARCHE VIA OBERDAN, 2	Fornecimento de Medicamentos	9.663
INTERCENT ER	Fornecimento de Medicamentos	9.443
INTERCERT-ER AGENZIA PER LO	Fornecimento de Medicamentos	9.442
EMPROFAC EMP NAC PROD FARMACEUTICO	Fornecimento de Medicamentos	9.355
Emprofac - Empresa Nac. Prod. Farma	Fornecimento de Medicamentos	9.199
REGIONE LAZIO VIA ROSA RAIMONDI	Fornecimento de Medicamentos	8.640
SAMES MINISTRY HEALTH	Fornecimento de Medicamentos	6.848
INNOVA PUGLIA SPA	Fornecimento de Medicamentos	6.376
Fiscal Ior	Fornecimento de serviços	6.309
S.C.R. PIEMONTE S.P.A.	Fornecimento de Medicamentos	5.892
MEDIMOC, S.A.R.L	Fornecimento de Medicamentos	5.056
SAMES IP SERV AUTON MEDIC EQUIP SAU	Fornecimento de Medicamentos	4.388
Innovapuglia S.p.a.	Fornecimento de Medicamentos	4.280
IGIF	Fornecimentos	3.315
AZIENDA SANITARIA PROVINCIALE DI	Fornecimento de Medicamentos	3.105
AZIENDA UNITA? SANITARIA LOCALE	Fornecimento de Medicamentos	2.144
SERVICO AUTONOMO MEDICAMENTU SAUDE	Fornecimento de Medicamentos	1.446
InnovaPuglia S.p.A.	Fornecimento de Medicamentos	1.275
AZIENDA SANITARIA PROVINCIALE TRAPANI	Fornecimento de Medicamentos	1.229
AZIENDA SANITARIA PROVINCIALE DI	Fornecimento de Medicamentos	1.229
ASP AGRIGENTO	Fornecimento de Medicamentos	1.116
REGIONE LAZIO E AZIENDE SANITARIE	Fornecimento de Medicamentos	1.033
ASP CALTANISSETTA	Fornecimento de Medicamentos	970
INTERCENT-ER,	Fornecimento de Medicamentos	944
SERVICO AUTONOMO MEDICAMENTU SAUDE	Fornecimento de Medicamentos	771
AZ. REGIONALE PER L?INNOVAZIONE	Fornecimento de Medicamentos	617
REGIONE LAZIO IN QUALITA? DI	Fornecimento de Medicamentos	537
ASP DI CATANIA	Fornecimento de Medicamentos	498
AZIENDA REGIONALE PER L?INNOVAZIO	Fornecimento de Medicamentos	322
A.R.I.C - AGENZIA REGIONALE DI IN	Fornecimento de Medicamentos	166
AZ. SANITARIA LOCALE DI POTENZA	Fornecimento de Medicamentos	158

35. Acontecimentos após a data do balanço

Não há acontecimentos após a data do balanço que possam influenciar a apresentação e interpretação das presentes demonstrações financeiras.

36. Divulgações exigidas por diplomas legais

Não existem operações não incluídas no Balanço pelo que não há lugar à divulgação da respetiva natureza, objetivo comercial, impacto financeiro ou riscos e benefícios.

Trofa, 2023.03.28

O DIRETOR FINANCEIRO E CC

SANDRA COSTA

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANTÓNIO HORTA OSÓRIO | **Chairman**

ANTÓNIO PORTELA | **CEO**

RICHARD PILNIK | **Vogal**

JOSÉ REDONDO | **Vogal**

MIGUEL PORTELA | **Vogal**

JOERG HOLENZ | **Vogal**

MAXIMILIANO BRICCHI | **Vogal**





Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de Bial - Holding, S.A. (o Grupo), que compreendem o Balanço Consolidado em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 561.398.404 euros e um total de capital próprio de 290.733.415 euros, incluindo um resultado líquido atribuído aos detentores de capital do Grupo, de 5.228.983 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada de Bial - Holding, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório Consolidado de Gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Sociedade Anónima - Capital Social 1.340.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 20161480 na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
Contribuinte N.º 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número
A member firm of Ernst & Young Global Limited



Bial - Holding, S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2022

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- ▶ obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório Consolidado de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório Consolidado de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 31 de março de 2023

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

João Carlos Miguel Alves - ROC n.º 896
Registado na CMVM com o n.º 20161217

2/2



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) conjugado com o artigo 508-D n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão Consolidado e as Demonstrações Financeiras Consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração de Bial - Holding, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos que a definição do perímetro de consolidação e as operações de consolidação efetuadas estão de harmonia com o estabelecido nas normas de consolidação aplicáveis;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas consolidadas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas consolidadas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados do Grupo no qual a sociedade é a empresa-mãe;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão Consolidado, o Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo consolidado, satisfazem os requisitos legais aplicáveis;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuámos foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de Bial - Holding, S.A., nos termos do artigo 420 conjugado com o artigo 508-D n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) O Relatório de Gestão Consolidado do exercício de 2022 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (b) O Balanço Consolidado, a Demonstração Consolidada dos Resultados por Naturezas, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e o Anexo Consolidado do exercício de 2022, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Porto, 31 de março de 2023

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

João Carlos Miguel Alves - ROC n.º 896
Registado na CMVM com o n.º 20161217